

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES - CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

ADAVILSON CAMPAGNARO

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS

Trabalho de Conclusão de Curso

Cacoal – RO

2016

ADAVILSON CAMPAGNARO

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Rondônia – UNIR – Campus de Cacoal,
como requisito parcial para a Conclusão do
Curso de Direito, sob a orientação do
Professor Esp. Jonathas Siviero.

Cacoal – RO

2016

Campagnaro, Adavilson.
C186h Honorários de sucumbência dos advogados públicos/
Adavilson Campagnaro – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
56 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. Me. Jônathas Siviero.

1. Direito processual civil. 2. Honorários. 3. Advogados
públicos. 4. Sucumbência. I. Siviero, Jônathas. II.
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.
CDU – 347

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

O projeto Honorários de Sucumbência dos Advogados Públicos, elaborado pelo acadêmico Adavilson Campagnaro, foi avaliado pela banca examinadora em ____ de _____ de 2016, tendo sido _____. Sob a orientação do Professor Esp. Jonathas Siviero.

Professor Ms. Silvério dos Santos Oliveira
Chefe de Departamento Acadêmico de Direito

Professora Ms. Simone Maria Gonsalves de Oliveira Ulian
Professora da Disciplina

Professor Esp. Jonathas Siviero
Orientador da Pesquisa

Cacoal – RO
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pai de todo o universo, e agradeço ainda a minha família, especialmente a minha esposa Erica de A. P. Campagnaro, que participou de minha luta, que sempre me motivou para continuar a caminhada rumo à conclusão do curso e de maneira geral a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na concretização desse sonho.

Agradecer ainda, de maneira especial, meu pai, Valdir Campagnaro e minha mãe Maria L. S. Campagnaro, e meus irmãos, que sempre torceram para este sonho se tornar uma realidade. Aos professores que contribuíram de forma direta ou indireta passando suas experiências e formando um conceito novo. À Universidade Federal de Rondônia - *Campus* de Cacoal, Curso de Direito, que me proporcionou cinco anos de muitas lutas e conquistas.

O trabalho do advogado é relevante, a sua remuneração deve ser justa.

RESUMO

A profissão do advogado está entre as mais antigas do mundo desde que o homem passou viver em comunidade, e surgiu a necessidade do estabelecimento de regras para uma harmonia na convivência e uma paz social. Nesse sentido surgiu a necessidade da defesa de interesses por terceiros, que possuísse domínio ou facilidade de se expressar para defender os direitos dos interessados. A advocacia possui o seu reconhecimento pelos bons préstimos realizado em prol da sociedade, melhorando a cada dia a vida em coletividade. O advogado, profissional autônomo de nossa sociedade, atua diante de uma remuneração por meio de honorários. Advocacia, profissão regulada por lei, com prerrogativas bem definidas, inclusive as possibilidades de remuneração, comumente chamados de honorários, sendo classificados em contratuais, arbitrais e de sucumbência que conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e OAB, pertencem ao advogado patrono da causa, porém, existe divergência legislativa e doutrinária em relação a sua destinação da atuação do advogado público. Entre as principais correntes de doutrinadores e jurista apresenta duas possibilidades da destinação das verbas de sucumbência de honorários advocatícios, quando a fazenda pública for vencedora de disputas judiciais e houver a condenação da parte contrária, sendo nos termos da Lei nº 8.906/94, destinado aos advogados patronos da causa, ou em sentido contrário a conversão das referidas verbas em renda para integrar o patrimônio do ente vencedor da causa. Sendo esta com fundamentação legal embasada na Lei nº 9.527/97. Que estabelece que se aplica a administração pública o que dispõe no título V da Lei nº 8.906/94.

PALAVRAS CHAVES: Verbas, honorários, sucumbência, advogados públicos.

ABSTRACT

The legal profession is among the oldest in the world since man began to live in community, and the need arose for the establishment of rules for a harmony in the coexistence and social peace. In that sense the need arose of defense interests by a third parties, who owns domain or ease of to express to defend the rights of those concerned. The law has its recognition by the good offices done to society by improving everyday life in collectivity. The lawyer, self-employed of our society, operates on a pay by means of fees. Advocacy, profession regulated by law, with well-defined prerogatives, including the compensation possibilities, commonly called fees and are classified as contractual, arbitration and tax loss which as set out in the Statute of law and OAB, belong to the patron advocate of the cause, but there is legislative and doctrinal divergence from its allocation of public lawyer performance. Among the main currents of doctrinaires and jurists show two possibilities of destination of collapsing funds for attorney fees when the exchequer is winner litigation and there is a conviction on the part contrary, and in accordance with Law No. 8,906 / 94, aimed at patrons lawyers of the cause, or in the opposite direction the conversion of such amounts in income to integrate the assets of the entity winning cause. It is with this legal basis grounded in Law No. 9,527 / 97. Which establishes that it applies to public administration which provides in Title V of Law No. 8.906 / 94.

KEYWORDS: Funds, fees, collapsing, public lawyer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONCEITOS HISTÓRICOS DA ADVOCACIA	11
1.1 CONCEITO DE SUCUMBÊNCIA	14
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL	16
1.3 A PROFISSÃO DO ADVOGADO	19
2 HONORÁRIO ADVOCATÍCIO	23
2.1 HONORÁRIOS CONTRATUAIS	23
2.2 HONORÁRIOS ARBITRAIS	26
2.3 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	27
2.4 NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	34
3 DOS ADVOGADOS PÚBLICOS	38
3.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO	38
3.2 A DEFENSORIA PÚBLICA	41
3.3 DA DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Todas as profissões possuem uma relevância e têm o seu destaque no meio social, umas mais reconhecidas e outras até mais relevantes em razão de seus méritos. A partir de agora passaremos a abordar a profissão do advogado. Profissional com grande destaque e com atuação de grande relevância, principalmente na organização das sociedades com atuação aguerrida no estabelecimento de normas e regras para delimitar os direitos e deveres de uma coletividade.

A atividade advocatícia existe desde os tempos remotos, inclusive se menciona a atuação de Cristo em defender Maria Madalena, no sentido de uma pessoa com melhores condições de expressão, fazer a defesa dos direitos ou interesses de um terceiro em relação à outra parte.

A bíblia sagrada traz em João a possibilidade de um advogado para fazer a defesa quando menciona “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo.” I Joao 2:1.

No início da profissão não existia um entendimento claro sobre uma forma de retribuição pela prestação deste tipo de serviço, em alguns casos, inclusive os relatos apontam que era proibida qualquer forma de cobrança ou remuneração em contrapartida a essa atuação profissional.

Com o passar das gerações e o crescimento da população humana em todo o mundo, conseqüentemente também aumentou o número de relações entre indivíduos e entre comunidades. A evolução dos meios de transporte possibilitou uma interação da população de forma global e mundialmente.

Com o desenvolvimento da humanidade, surge o conceito de povo, território, e a criação dos estados soberanos, surge à necessidade de um regramento, tanto para disciplinar as relações entre os estados ou comunidades, bem como, as relações internas de cada estado sobre seu povo.

Nesse contexto que a profissão do advogado tem ganhado destaque no sentido de ajudar a estabelecer regras e dar efetividade nas existentes, com finalidade de promover a justiça e a pacificação social.

A advocacia em razão de sua relevância na sociedade tem conquistado espaço e reconhecimento a cada dia. Por atuar com a sociedade ajudando a estabelecer normas, ou ainda, buscando mecanismos para produzir efeitos práticos das já existentes, desse modo, os profissionais da advocacia possuem uma grande responsabilidade. Enfim, os seus posicionamentos e o fruto de seu labor irá influenciar no futuro da vida de pessoas e nações, ou seja, da humanidade.

No Brasil, a cada ano aumenta o número de Acadêmicos interessados a ingressar nesse ramo de conhecimento, que é o curso de direito. Tornando-se dessa forma crescente a advocacia brasileira.

A forma de remuneração da advocacia também tem recebido influências e alterações no decorrer do tempo com maior ou menor destaque nas mais variadas partes do mundo.

No Brasil, o advogado é classificado como profissional liberal, porém, atua de forma empresarial, ou associações nas prestações de serviços, sendo dividido em duas grandes carreiras, a privada e a pública.

A remuneração dos advogados se dá normalmente por honorários, sendo eles contratuais, arbitral ou de sucumbência. Conforme, o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, este último, honorário de sucumbência pertence aos advogados patrono vencedor da causa.

No entanto, existe divergência com relação à destinação das verbas de sucumbência quando se trata de advogados públicos, atuando em defesa do estado e da administração pública no âmbito das procuradorias, mesmo sobre a égide da Lei nº 8.906/94 Estatuto da Advocacia.

Com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o tema se propõe a buscar maiores detalhes e informações que possibilitem maior compreensão sobre os honorários advocatícios, em especial àqueles que devem ou não ser fixados aos servidores públicos de carreira jurídica.

Este trabalho apresentara de forma expositiva o tema, honorários advocatícios, com ênfase, os de sucumbência quando tratarmos de advogados públicos utilizando-se do método de pesquisa dedutivo. Formando-se da pesquisa de tempos remotos da história da humanidade até os dias atuais da sociedade brasileira chegando às unidades da federação, estados e municípios.

Nesta linha, abordar-se-á no primeiro capítulo os conceitos históricos da advocacia, seguindo com as espécies de honorários advocatícios e finalizando com a destinação das verbas de honorários de sucumbência, quando a parte vencedora for a fazenda pública e os fundamentos de sua existência, e a sua evolução histórica, especialmente, quando se refere a servidores públicos que atuam na advocacia. Enfatizando sobre a possibilidade do recebimento pessoal, coletivo e/ou a conversão dos referidos valores em receitas para o ente público titular ação.

1 CONCEITOS HISTÓRICOS DA ADVOCACIA

O mundo em sociedade, o crescimento populacional, o relacionamento entre os indivíduos aumenta a cada dia, com a evolução de uma sociedade globalizada, apresentando uma alta mutabilidade em conceitos consagrados, transpassando fronteiras geográficas, internacionalizando mercados de capitais. Revoluções tecnológicas, biológicas e cibernéticas, exigindo também inovações no campo jurídico. No relacionamento interpessoal, existe a possibilidade de conflitos de interesses, tornado discórdias, litígios, que precisam ser pacificados ou regulados para se manter a paz social.

Desde quando o estado se propôs a organizar a sociedade e promover a pacificação social de seu povo, passando por várias transformações ao longo do tempo. Observa-se o uso do direito como ferramenta para fazer o controle.

Segundo Reale, (2007, p. 327):

Melhor será, pois, dizer que a História do Direito pode se desenrolar em três planos que se correlacionam: o dos fatos sociais que explicam o aparecimento das soluções normativas, bem como as mutações operadas no ordenamento jurídico, dando relevo ao problema das fontes do direito; o das formas técnicas que se revestem tais soluções normativas, pela constituição de modelos institucionais; e o das ideias jurídicas que atuam, como fins, nas alterações verificadas nas fontes e seus modelos normativos.

O direito existe desde tempos remotos, não existe uma data precisa, de quando ordenamento jurídico da humanidade passou a ser constituído.

Para, Venosa, (2007, p. 266):

Antes da escrita, as regras acompanhavam as lendas e tradições orais. Cada comunidade detinha seus próprios costumes e direitos, todo ele impregnado de religiosidade. Religião e Direito nos povos primitivos comunicavam-se e confundiam-se, mas não há como conhecer essas estruturas em maior profundidade.

A história do direito está diretamente relacionada a um povo e o comportamento e acontecimento, em uma determinada época, igualmente aos aspectos normativos existentes.

Ferraz Jr, (1994, p. 31):

O direito, assim, de um lado, nos protege do poder arbitrário, exercido à margem de toda regulamentação, nos salva da maioria caótica e do tirano ditatorial, dá a todos oportunidades iguais e, ao mesmo tempo, ampara os desfavorecidos. Por outro lado, é também um instrumento manipulável que frustra as aspirações dos menos privilegiados e permite o uso de técnicas de controle e dominação que, pela sua complexidade, é acessível apenas a uns poucos especialistas.

O direito estabelece as duas faces de uma relação, descrevendo o certo e o errado, estabelecendo limites, parâmetros ou conceito, construindo regras para garantir o direito de uma parte ou indivíduo e por outro lado coibindo os excessos da outra parte para aplicação da norma em um caso concreto.

Nesse sentido, Ferraz Jr., (1994, p. 54):

O direito, como ordem, perde seu caráter maniqueísta, isto é, supera-se a visão primitiva do direito como o bem, em oposição ao antijurídico que se identifica com o mal. O tratamento dado ao comportamento desviante encaminha-se agora para procedimentos decisórios regulados, surgindo as formas de jurisdição: juízes, tribunais, partes, advogados etc. Percebe-se que o direito abarca o lícito e o ilícito, pois este é também um comportamento jurídico, só que proibido.

A balança com os dois pratos significa o equilíbrio das partes. Segundo (FERRAZ Jr., 1994): Na simbologia grega, a balança com os dois pratos sem o fiel no meio, na mão esquerda da deusa Diké, filha de Zeus e Themis, com os olhos abertos, declarando o direito quando os pratos estivessem em nível. Na mão direita a espada com dois gumes que representa a recompensa para os bons e a punição para os maus. Já na simbologia romana a deusa Iustitia com a balança com os dois pratos e o fiel bem no meio, com os olhos vendados segurava a balança com as duas mãos e declarava o direito quando o fiel estivesse completamente vertical. O julgamento deve ser feito, com a ideia de não julgar pelas aparências, não ter nenhum preconceito em relação à classe social, opção sexual, raça ou religião.

Ferraz Jr., (1994, p. 32):

Enfrentando a questão, o autor observa que ao direito se liga uma série de símbolos, alguns mais eloquentes, outros menos, que antecederam a própria palavra. De qualquer modo, o direito sempre teve um grande símbolo, bastante simples, que se materializava, desde há muito, em uma balança com dois pratos colocados no mesmo nível, com o fiel no meio - quando este existia - em posição perfeitamente vertical. Havia, ainda, uma outra materialização simbólica, que varia de povo para povo e de época para época. Assim os gregos colocavam esta balança, com os dois pratos, mas sem o fiel no meio, na mão esquerda da deusa Diké, filha de Zeus e Themis, em cuja mão direita estava uma espada, e que, estando em pé e tendo os olhos bem abertos, dizia (declarava solenemente) existir o justo

quando os pratos estavam em equilíbrio (íson, donde a palavra isonomia). Daí para a língua vulgar dos gregos, o justo (o direito) significar o que era visto como igual (igualdade).

Já o símbolo romano, dentre as varias representações, correspondia, em geral, à deusa Iustitia, a qual distribuía a justiça por meio da balança (com os dois pratos e o fiel bem no meio) que ela segurava com as duas mãos. Ela ficava de pé e tinha os olhos vendados e dizia (declarava) o direito (jus) quando o fiel estava completamente vertical – direito (rectum) = perfeitamente reto, reto de cima a baixo (de + rectum) .

O acesso à justiça deve ter parâmetro, a serem observados e limites de comportamentos para serem apreciados pelo poder julgador. De forma que não seja temido ou oneroso excessivamente pelos litigantes a ponto de impossibilitar ou inibir a apreciação da divergência estabelecida entre as partes. Por outro lado, não pode ser aberto e genérico de maneira que sobrecarregue a estrutura julgadora, para apreciar direitos inexistentes ou aventuras jurídicas com finalidade de obter vantagens indevidas da parte contrária.

A palavra advogado tem origem no latim ad-vocatus, pessoa que tem a função de defender outra perante a justiça.

Conforme, vocabulário jurídico, (2008, p. 71):

Advogado – num sentido amplo, advogado é toda pessoa que, patrocinando os interesses de outra, aconselha, responde de direito, e lhe defende os mesmos interesses, quando discutido, judicial ou extrajudicialmente.

A pessoa do advogado aparece desde a história antiga, juntamente com os primeiros processos e primeiros julgamentos, segundo Cahali, (1997, p. 23): “durante os três primeiros séculos da fundação de Roma, a profissão do advogado não existiu e nem poderia existir, pois as defesas perante os tribunais era um *munus público*”, também não se falava em honorários.

Segundo Cahali, (1997, p. 22):

No direito romano, [...] Os defensores (advogados), os quais não tinham a representação do cliente, chamados a prestar assistência nos processos, faziam-no gratuitamente, ou em troca de favores políticos.

Em substância, porém, a gratuidade da atuação do patrono mais aparente, pois a prestação do assistência colimava vantagens outras, ainda que não de natureza patrimonial.

Com o passar dos séculos se desenvolveu a profissão do advogado, pessoas integrantes das altas classes sociais, com grande facilidade de expressar ideias e

defender posicionamentos, lutar pelos interesses de seus clientes, inicialmente não se falava em honorários, posteriormente os relatos apontam para uma remuneração de forma precária, sendo realizada através de favores políticos ou pequenos presentes, como forma de remuneração ou compensação pelo serviço prestado. Ainda na Roma antiga sua utilização decorria de uma premiação dada ao cidadão em razão de sua competência e da fama dos seus serviços, um reconhecimento público por sua capacidade intelectual.

O termo ***honorarius***, surgiu em Roma, onde o ganhador de um litígio judicial prestava honrarias ao seu advogado.

Conforme, vocabulário jurídico, (2008, p. 688):

Honorário – derivado do latim *honorarius*, de honor, originariamente quer significar tudo que é feito ou dado por honra, assim, sem qualquer ideia pecuniária.

A expressão ***jus honorarium*** foi acolhida por Justiniano como uma das fontes do Direito, inserindo-a nas Institutas do *Corpus Juris Civilis*.

1.1 CONCEITO DE SUCUMBÊNCIA

Para Cahali, (1997, p. 175) “Sucumbir é ver a ação rejeitada, se se é o autor, ou ver pronunciadas as condenações contra si, se se é o réu” Sucumbência é a derrota processual quando réu em um processo, ou ainda a não apreciação da ação por falta de requisitos. Sucumbente é a parte perdedora na disputa judicial.

Conforme, vocabulário jurídico, (2008, p. 1345):

SUCUMBÊNCIA. A sucumbência consiste em atribuir à parte vencida na causa e na responsabilidade por todos os gastos no processo. Assenta-se na ideia fundamental de que o processo não deve redundar em prejuízo a parte que tenha razão. Por isso mesmo, a responsabilidade financeira decorrente da sucumbência é objetiva e prescinde de qualquer culpa do litigante derrotado no pleito judiciário, bastando para sua incidência, o resultado negativo da solução da causa, em relação a parte.

Vencedor é aquele que tem a sua pretensão satisfeita, sendo o vitorioso de uma disputa ou conflito de interesses. Independente de ter atuado no processo como parte ativa ou passiva.

Conforme, vocabulário jurídico, (2008, p. 1465):

VENCER. Do latim *vincere*, em significação jurídica, é o verbo em duas acepções:

Vencer. É vitoriar-se, ganhar uma causa, ou uma questão, terminar uma coisa pela vitória, ou pelo ganho. É chegar ao fim, ganhando. Tem assim, sentido contrário a *perder*, isto é , *ser derrotado*, *ser vencido*.

Vencer. Mas, em sentido especial, e chegar ao fim, atingir o termo, cumprir a jornada, ganhar o percurso, esgotar o prazo.

Vencido é aquele que tem a sua pretensão negada, ou seja, o perdedor da concorrência por um direito. Independentemente de no curso do processo ter participado como parte ativa ou passiva. Vencido é aquele que obter o resultado desfavorável.

Segundo Cahali, (1997 p. 175):

Em síntese, e do ponto de vista objetivo, a sucumbência se identifica diante de uma das duas possíveis situações reveladas no resultado do processo, em um confronto com a demanda: a) a parte a que é negado total ou parcialmente o reconhecimento da situação jurídica deduzida, ou é apenas negado um provimento relativo ao mérito da causa; b) a parte em relação à qual é declarada a existência de uma situação jurídica mesmo que não tivesse contestado in judicio a pretensão adversária, ou tivesse de todo se omitido de cumprir a atividade processual.

A sucumbência surge com a ideia de o perdedor realizar uma reparação ao vencedor das perdas financeiras sofridas, sendo em relação aos honorários advocatícios, ou as despesas judiciais para com a movimentação do processo. Sendo assim, ao final o vencedor consegue ter o seu direito satisfeito juntamente com o valor despendido, para conquistá-lo, por meio do poder judiciário.

Segundo Cahali, (1997, p. 27):

As leis góticas, visigóticas e longobarda, ainda que não estremes da influência romana, voltando-se mais a repressão da violência do que à restauração do direito violado, não apresenta particular interesse a respeito da questão.

No direito canônico, não se atribuiu vigor especial a sucumbência, que lhe era substancialmente estranha como princípio absoluto

Os papas, no caso, consideravam a condenação nas despesas, não como remédio ordinário em favor do vitorioso, mas como pena cuja ameaça de cominação faria conter a audácia dos litigantes maliciosos.

Assim no direito canônico e no comum, a responsabilidade do sucumbente pelas despesas da lide, enquanto, em parte, é temperada até o ponto de subverter o princípio da sucumbência.

Logo, observa-se que desde essa época, existia a utilização do princípio da sucumbência, seja para ressarcir as despesas suportadas pela parte vencedora no decorrer do processo, ou um mecanismo punitivo para a parte perdedora a ficar investindo em uma demanda que não existia razão ou direito.

No Brasil a função do advogado está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil nos seguintes termos:

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Nesse sentido e inegável a função do advogado, essencial para a justiça, para a sociedade, para estado democrático de Direito, garantindo o acesso à Justiça aos cidadãos que buscam o seu direito, seja contra outro indivíduo da sociedade, ou em face do próprio Governo, ou ainda contra instituições públicas ou privadas.

1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL

No período colonial, não existia um regime jurídico próprio, era utilizado o sistema vigente em Portugal, nesse período a advocacia era regida pelas Ordenações Filipinas, legislação aplicada em Portugal, e estabeleciam que para a formação advocatícia necessitava-se de oito anos de curso jurídico. Sendo cobrado o cumprimento de inúmeras condutas inclusive, ético-profissionais.

Segundo Venosa, (2007, p. 299):

O estudo da história de nosso Direito deve iniciar-se pela Península Ibérica e pelo direito Português. Importa saber, sem seguida, qual foi o direito imposto pela Metrópole à Colônia, bem como as transformações locais que esse direito Lusitano sofreu no meio brasileiro.

O Brasil por ser colonizado por Portugal possui como marco regulatório, baseado no direito na legislação, que era aplicado em Portugal.

Segundo Venosa, (2007, p. 306):

Em 1823, o governo imperial promulgou lei que mantinha em vigor no território nacional as Ordenações de Filipinas e toda a legislação portuguesa anterior a 25 de abril de 1821. Com a outorga da Constituição de

1824, foram instituídos direitos e liberdades individuais, ao lado da figura do “poder moderador” exercido pelo soberano.

O início da advocacia no Brasil, para Lôbo, (2002, p. 3):

Os historiadores da nossa profissão costumam apresentar como primeiro advogado, no Brasil, Duarte Peres, o bacharel de Cananéia, degredado deixado em Cananéia no ano de 1501. Durante a Colônia, o quadro geral do foro brasileiro era desolador: magistratura ignorante e corrompida de um lado e de outro, rebulice analfabeta e trapaceira.

Em 1150 foi ministrado o primeiro curso de direito na universidade de Bolonha na Itália. No período colonial os primeiros bacharéis em direito no Brasil eram de Coimbra, Portugal.

No Brasil foi no ano de 1827, já no século XIX que foram implantados os primeiros cursos de direito, um em São Paulo, e outro em Recife – Olinda, a instalação das primeiras escolas, voltadas para a formação acadêmica, para um estado novo.

Segundo Venosa, (2007, p. 308):

Com o passar do tempo, uma infinidade de leis, assentos, alvará e regulamentos foram editados, formando confusão grande no direito brasileiro, numa situação incômoda e inadequada.

É nesse ambiente que são criados os curso de jurídicos no Brasil, já com atraso ponderável com relação à América espanhola, em 1827, com lastro nos ensinamentos da Igreja Católica. Com o ensino jurídico no país, buscou-se a consolidação do Estado nacional e a afirmação de nossa nacionalidade, mercê do surgimento de uma elite com formação jurídica. Foram fundados dois cursos de direito, um em São Paulo e outro em Olinda (este transferido posteriormente para Recife). A cultura jurídica formou-se a partir dessas duas faculdades.

A necessidade de profissionais, na sociedade brasileira, com formação na área jurídica, motivou a implantação dos cursos de direito, em São Paulo e em Pernambuco. Onde se inicia a formação dos profissionais que teriam a missão de dar direcionamento na estruturação jurídica brasileira, além de, também possibilitar uma organização política administrativa.

Segundo Wolkmer, (2003, p. 67):

A implantação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, um em São Paulo e outro em Recife (transferido de Olinda, em 1854), refletiu a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonizadora, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo, ideologicamente,

a estrutura de poder e preparando nova camada burocrático-administrativa, setor que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país.

Com a implantação de duas escolas em locais diferentes, além da geográfica, também não poderia deixar de enfatizar que as diferenças socioeconômicas e culturais significante nos polos, onde os cursos de direito começariam a ser desenvolvidos. Levando a um direcionamento distintos dos estudos a serem aprofundados por cada escola, baseadas em modelos de épocas, teorias e pensamentos de personagem que marcaram o mundo acadêmico.

A faculdade de direito do estado de Pernambuco teve seus estudos direcionados ao método científico, afastados dos centros políticos.

Prossegue Wolkmer (2003, p. 67):

A Faculdade de Direito pernambucana expressaria tendência para a erudição, a ilustração e o acolhimento de influências estrangeiras vinculadas ao ideário liberal. A Escola do Recife introduziria para a cultura do país, a partir da segunda metade do século XIX, os mais avançados pensamentos da época, sobretudo a contribuição do germanismo via Tobias Barreto, limitando a excessiva influência portuguesa e francesa. O intento do Grupo do Recife foi tratar o fenômeno jurídico a partir de uma pluralidade temática, reforçada por leituras naturalistas, biólogos, cientificistas, históricas e sociológicas, apoiando-se fortemente num somatório de tendências que resultavam basicamente no evolucionismo e no monismo, sem desconsiderar a crítica sistemática a certas formulações jusnaturalistas e espiritualistas.

No caso da Faculdade do Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional. Recife foi talvez o centro que se apegou de forma mais radical tanto às doutrinas deterministas da época quanto a uma certa ética científica que então se difundia. Afastados dos centros de decisão política do país, esses pesquisadores viviam ao menos a certeza de que representavam a vanguarda científica no Brasil”.

O curso de direito do estado de São Paulo, fundado na mesma época, apesar de possuírem as grades curriculares semelhantes, possuía uma diferença da atuação da comunidade acadêmica, a interação com desenvolvimento daquela sociedade e um crescimento econômico, atuando diretamente no meio político e interagindo com as mais diversas áreas do conhecimento ligadas ao direito, possibilitou a formação de profissionais com uma maior desenvoltura.

Finaliza Wolkmer (2003, p. 67):

Já a Academia de São Paulo, cenário privilegiado do bacharelismo liberal e da oligarquia agrária paulista, trilhou na direção da reflexão e da militância política, no jornalismo e na “ilustração” artística e literária. Aliás, foi o intenso periodismo acadêmico o traço maior que predominou na tradição do Largo de São Francisco, levando os bacharéis ao desencadeamento de lutas em prol de direitos individuais e liberdades públicas. Como aponta Sergio Adorno, naquele espaço se desenrolaram os conflitos entre “liberalismo e democracia”, as disputas “entre liberais moderados e radicais” e as adesões à causa abolicionista republicana.

Naturalmente que a Escola paulista vivenciou um ecletismo autodidata, porquanto seus integrantes não se limitaram ao estudo exclusivo da cultura jurídica, mas aderiram à prática do periodismo e da militância política. Em função de sua posição estratégica, a Faculdade de Direito tomou-se um dos centros privilegiados da formação dos intelectuais destinados à cooptação pela burocracia estatal. De fato, a própria “localização da escola é também em si um dado digno de destaque. No período que vai de 1870 a 1930, enquanto Pernambuco vivia um período de declínio financeiro e político, São Paulo conhecia, pela primeira vez, o que significava concentrar predomínio econômico e político no mesmo local”.

O título de doutor por excelência foi conferido aos profissionais de direito desde o império, datado de 11 de Agosto de 1827, que cria os cursos de ciências sociais e jurídicas, estabelecendo em seu artigo 9º, que os profissionais advogados, teriam o grau de doutor mesmo sem cursar o doutorado.

“Art. 9.º - Os que frequentarem os cinco anos de qualquer dos Cursos, com aprovação, conseguirão o grau de Bacharéis formados. Haverá também o grau de Doutor, que será conferido àqueles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.” (sic)

A profissão do advogado é essencial para o estado democrático de direito e para administração da justiça. Sendo assim, a data alusiva à comemoração do dia do advogado 11 de Agosto, data em que foram instituídas as primeiras escolas de direito no Brasil.

1.3 A PROFISSÃO DO ADVOGADO

Dentre as profissões mais antigas do mundo está compreendida a do advogado, de uma forma implícita ou explicitamente, a defesa do direito de terceiros sempre houve, datando de antes de cristo.

Nos termos da Lei nº 8.906/94, art. 3º:

O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

Conforme dispõe o artigo 36 do Código de Processo Civil, as partes serão representadas em juízo por advogado habilitado e legalmente constituído.

A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não há tendo, no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.

Habilitação se refere aos profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil mediante aprovação prévia do exame de suficiência, e formação acadêmica em grau de bacharel no curso de direito nos termos estabelecidos pelo ministério da educação.

Segundo Câmara,(2007, p 167):

Chama-se advogado a “pessoa versada em direito com a função de orientar e patrocinar aqueles que têm direitos ou interesses jurídicos a pleitear ou defender em juízo”. É advogado o bacharel em Direito inscrito no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do assim chamado “Estatuto da Advocacia OAB”, Lei nº 8.906/94, sendo a denominação advogado privativa de quem se encontre ali registrado.

No mesmo sentido, (GRECO FILHO, 1998): enfatiza que mesmo presente a capacidade de ser parte, também será necessário haver capacidade postulatória para estar em juízo, essa capacidade se refere aos inscritos no quadro da OAB com pleno gozo de seus direitos profissionais.

Segundo Greco Filho, (1998, p. 113):

Além da capacidade de ser parte e da capacidade de estar em juízo, alguém, para propor a ação ou contestar, precisa estar representado em juízo por advogado legalmente habilitado. Isto é o que se chama capacidade postulatória, ou seja, a capacidade de pleitear corretamente perante o juiz.

Para Gonçalves, (2006, p. 138):

Para postular em juízo é preciso possuir capacidade postulatória. Quem a tem, em regra, são os advogados e o Ministério Público. Se a parte tiver habilitação legal para advogar, poderá fazê-lo em nome próprio. Do contrário, deverá outorgar procuração a um advogado.

A parte deverá constituir o advogado para defender os seus direitos em juízo, por meio de instrumento de mandato estabelecendo poderes para tanto. O mais popular instrumento de mandato é a procuração, onde apresentará expressamente

poderes específicos ou de foro geral para serem desempenhados por seu mandatário. Contudo, ainda existe a possibilidade do advogado representar o seu cliente mesmo sem procuração, com o objetivo de salvaguardar direito que esteja em risco, sendo assim, deverá apresentar procuração em um prazo de quinze dias, prorrogável por igual período por uma única vez. No entanto, para completar o ato, deixando o referido prazo se extinguir sem tomar as devidas providências se tornará inexistente.

Segundo Câmara, (2007, p. 167):

Só poderá atuar em juízo o advogado que tenha sido constituído procurador da parte, o que se faz através de mandato judicial. Admite-se, porém, que o advogado sem apresentar em juízo a procuração, ajuíze demanda a fim de impedir a consumação da prescrição ou da decadência, além de poder intervir no processo a fim de praticar atos urgentes. Nessas hipóteses, o advogado fica obrigado a exibir a procuração em um prazo de quinze dias, prorrogável por mais quinze. Os atos não ratificados nesse prazo serão considerados inexistentes, respondendo o advogado pelas perdas e danos que causar à parte.

O texto pátrio constitucional também traz expresso no artigo 133 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, que o advogado é essencial à administração da justiça.

A atividade da advocacia além de estar prevista na Constituição Federal, é regulamentada pelo Estatuto da Advocacia OAB, que também disciplina as prerrogativas privativas da profissão para estarem peticionando e representando juntamente ao poder judiciário, além de assessoria e consultoria, emissão de pareceres ou análises de documentos.

Neste sentido Greco Filho, (1997, p.115):

São atividades privativas da advocacia a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais, bem como as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas. O exercício da atividade de advocacia e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos advogados – OAB, exercendo tal atividade os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

As partes poderão ser pessoa física ou jurídica, e ainda estarem sob o manto do direito, privado ou público, onde serão representadas por seus advogados, estes

quando em defesa do poder público serão preferencialmente contratados por meio de concurso público e serão denominados advogados públicos.

2 HONORÁRIO ADVOCATÍCIO

Os honorários advocatícios são divididos em três: honorário contratual, honorário arbitral e honorário de sucumbência. Honorário contratual se dá em razão da constituição de um acordo entre as partes e a celebração de um contrato, estabelecendo os serviços advocatícios e os respectivos valores a serem pagos pelo contratante ao causídico. Honorário arbitral é o valor estipulado pelo magistrado como remuneração de uma prestação de serviço advocatício que não houve uma contratação prévia, ainda mais em valores de honorários advocatícios. E o honorário de sucumbência é o valor pago pelo vencido ao advogado do vencedor.

Neste sentido, Bueno, (2014, p.696):

De acordo com o art. 22 da Lei n. 8.906/1994, a prestação de serviço profissional assegura aos advogados (v. n. 4, supra) direito aos honorários convencionados, isto é, aqueles ajustados contratualmente entre a parte e o advogado, aos honorários fixados por arbitramento judicial, quando não há consenso com relação a esta fixação e aos de “sucumbência”, que são aqueles que derivam do resultado da atuação processual (v. n. 4 do Capítulo 2 da Parte IV). O direito é reconhecido inclusive ao advogado que faz as vezes dos membros da Defensoria Pública (art. 22, § 1º) – como, corretamente, reconhece o STJ (assim, v.g.: 2ª Turma, AgRg no AREsp 173.920/PE, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j.un. 26.6.2012, DJe 7.8.2012) – sendo certo, todavia, que os defensores públicos não podem receber honorários de advogado das pessoas cujos interesses representam em juízo ou fora dele (v. n. 5.1, infra).

O advogado deverá ter o grau de zelo e dedicação para a prestação de serviço empregando todo o seu conhecimento com objetivo atingir o resultado mais justo para o seu cliente.

2.1 HONORÁRIOS CONTRATUAIS

Os honorários contratuais são aqueles pré-estabelecidos entre as partes, ou seja, entre o titular do direito (contratante) que irá mover a ação para ter o seu direito satisfeito e de outro lado, o profissional, advogado (contratado) que estará prestando o seu serviço de conhecimento jurídico para, representando-o, acompanhar o processo com todo zelo, intervenções, dedicação e cuidado necessário, até a

conclusão, ou seja, sentença para assim ver apreciada a demanda dos interesses de seu cliente com uma sentença justa. Independentemente, do sucesso na demanda, receberá pelos seus serviços prestados.

Para, Theodoro Junior, (2014, p. 5310):

“O contrato de honorários advocatícios, tanto na vigência da Lei nº 4.215/1963, art. 100, parágrafo único, como agora, pela Lei nº 8.906/1994, art. 24, constitui título executivo, bastando para a sua formalização a assinatura das partes, não afastando a via processual respectiva a ausência da firma de duas testemunhas, posto que tal exigência do q, II, é norma geral que não se sobrepuja às especiais, como, inclusive, harmonicamente, prevê o inciso VII da referenciada norma adjetiva” (STJ, REsp 400687/AC, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma, jul. 14.11.2006, DJ 05.02.2007, p. 239).

No mesmo sentido, Gonçalves, (2013, p. 1566):

Entre os títulos executivos extrajudiciais previstos por outras leis, destaca-se o contrato de honorários advocatícios, mencionado no art. 24, da Lei n. 8.906/94. Eles não se confundem com os honorários da sucumbência, fixados na sentença, e que serão objeto de execução judicial, nos mesmos autos.

A celebração do contrato de honorários, tem por finalidade estabelecer os valores monetários pela prestação de certa prestação de serviço. Importante frisar que este contrato, independentemente da assinatura de suas testemunhas, em razão da lei já atende os requisitos de um título executivo.

Honorários advocatícios para, Gonçalves, (2013, p. 1566):

São aqueles que o advogado e seu cliente tenham convencionado em contrato, que indicará o montante. Para que haja força executiva, não é preciso que venha firmado por duas testemunhas, nem que obedeça à formalidade especial, mas é indispensável que indique o quantum debeatur. Se este não for estabelecido no contrato, ou se depender de cálculos outros, que não os meramente aritméticos, será preciso que o advogado ajuíze, em face do cliente, uma ação de arbitramento ou cobrança, cujo rito será o sumário (art. 275, II, f, do CPC).

O direito aos honorários advocatícios deve ser observado como uma rubrica distinta inclusive quando houver transações ou compensações do direito das partes. Os honorários são direitos autônomos do advogado, podendo ser disposto livremente e exclusivamente por ele.

Segundo, Bueno, (2014, p. 696):

O art. 23 da mesma lei reconhece ao advogado direito próprio e, neste sentido, distinto do da parte que representa processualmente, de receber os

honorários arbitrados judicialmente ou de sucumbência e, nesta qualidade, e até mesmo, se for o caso, cobrá-los mediante tutela jurisdicional executiva (v. n. 8.5.4 do Capítulo 1 da Parte III), sendo possível, ainda, a compensação dos honorários convencionais com os valores a serem recebidos por quem é representado pelo advogado (art. 22, § 4º). A Súmula 306 do STJ ilustra a hipótese ao dispor que: “Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte”. Em sede de Recurso Especial Repetitivo, a Corte Especial do STJ entendeu que aquela disciplina, derivada do Estatuto da Advocacia, não atrita com a constante do Código de Processo Civil, em especial de seu art. 21 (REsp 963.528/PR, rel. Min. Luiz Fux, j.un. 2.12.2009, DJe 4.2.2010).

De acordo com o julgado e o posicionamento do autor o direito das verbas de sucumbência, pertence ao advogado da causa, sendo assegurado, inclusive os mecanismos jurídicos para garantir os referido direitos e produzir efetividade.

Theodoro Junior, (2014, p. 537):

“A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o art. 26, § 2º, do CPC, o qual prevê a divisão igualitária das despesas processuais em caso de transação entre as partes, não se aplica aos honorários advocatícios, pois, por pertencer ao advogado (arts. 23 e 24 da Lei 8.906/1994), tal verba não pode ser objeto de pactuação entre os litigantes sem o seu assentimento. Precedentes: AgRg no REsp 1.215.346/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 27.04.2011; AgRg no REsp 1.190.796/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 28.02.2011; AgRg no Ag 1.292.488/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17.11.2010; AgRg no REsp 1.153.356/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 07.06.2010.” (STJ, AgRg no REsp 1236571/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, jul. 20.09.2012, DJe 25.09.2012).

Com base nos julgados supracitados, com posicionamentos no sentido da responsabilização pelas despesas processuais, ainda pode haver divisão equânime dos valores entre as partes, devendo ser excluído os valores referentes aos honorários de sucumbências, que pertencem aos advogados, conforme suas participações no processo.

Prosseguindo, Theodoro Junior, (2014, p. 2230):

Transação firmada sem aquiescência do advogado. Honorários. “Nos termos dos arts. 23 e 24, § 4.º, da Lei n.º 8.906/94, o advogado tem direito autônomo de executar a sentença no tocante aos honorários de sucumbência, sendo certo, ainda, que a transação firmada pelas partes, sem aquiescência do advogado, não prejudica os honorários, tanto os convencionados como os de sucumbência. Precedentes” (STJ, REsp 525.397/SC, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, jul. 26.06.2007, DJ 06.08.2007, p. 604).

O advogado poderá juntar ao processo os contratos de honorários advocatícios, e pedir para que seja expedido alvará distinto em seu próprio nome dos valores referentes aos estabelecidos em comum acordo de vontades com a celebração contratual, sendo, portanto, deduzido os valores das quantias a serem recebidas pelo seu cliente vencedor da causa.

Theodoro Junior, (2014, p. 8574):

Pagamento direto de honorários contratados. “Contrato de honorários advocatícios juntado aos autos – Pedido de pagamento da verba mediante dedução da quantia a ser recebida pelos autores – Art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB. I – O § 4º, do art. 22, do Estatuto da OAB, prevê o pagamento direto do valor relativo ao contrato de honorários advocatícios, mediante dedução da quantia a ser recebida pelos Autores, desde que o referido contrato venha aos autos antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, o que ocorre na presente hipótese. II – Não há qualquer documento que comprove o pagamento ao advogado dos honorários convencionados pelas partes. III – Configura-se na hipótese a previsão legal do Estatuto da OAB” (TRF-2ª Região, AI nº 126952/RJ, 5ª Turma, jul. 16.11.2004, DJ 25.11.2004, p. 151).

“A lei possibilita ao advogado, no processo em que atuou, por ocasião em que o cliente recebe valores por precatório ou por levantamento de valores depositados em juízo, a separação do quantitativo dos honorários contratados, protegendo-se assim de uma futura cobrança ou mesmo execução. Em se tratando de execução de obrigação de fazer, na hipótese de autorização de compensação de valores reconhecidos em ação de conhecimento, inexistente crédito a receber por precatório ou outra forma de satisfação da dívida, de forma que se mostra inaplicável o art. 22, § 4º, do EOAB” (STJ, REsp 1.044.062-RS, Rel.ª Min. Eliana Calmon, jul. 21.10.2008, DJe 18.11.2008).

“Quanto aos honorários contratuais, pactuados diretamente entre a parte e seu respectivo patrono, o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que inexistente legitimidade da parte para, autonomamente, executar tais parcelas. Nos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o destaque da verba honorária deve ser requerido pelo advogado, em seu próprio nome, mediante juntada aos autos do contrato de honorários” (STJ, REsp 875195/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, jul. 29.11.2007, DJ 07.02.2008, p. 1).

Diante do exposto pelos doutrinadores e conforme o posicionamento dos julgados apresentados fica sólida a ideia, que o advogado terá o direito de receber autonomamente os valores referentes aos honorários contratuais, bastando para tanto, que sejam juntados aos autos as devidas comprovações nos termos legais.

2.2 HONORÁRIOS ARBITRAIS

Os honorários arbitrais são aqueles estabelecidos pelo juiz no momento da sentença, em virtude de não haver um contrato entre o cliente e o advogado, prevendo a remuneração deste, ou, em razão da parte necessitar de uma assistência jurídica no momento da decisão de seus interesses, e ainda não haver o estabelecimento de um acordo previamente dos valores pela prestação dos referidos serviços, consultoria ou assessoria jurídica, ou, ainda quando houver divergência em relação à interpretação do estabelecido em contrato.

Theodoro Junior, (2014, p. 8573):

Honorários. Defensor Dativo. “Defensor dativo. Honorários advocatícios. Arbitramento judicial. Legalidade. I – A assistência jurídica gratuita ao réu revel ou pobre é dever do Estado, de forma que, não havendo ou sendo insuficiente a Defensoria Pública local, cabe ao magistrado nomear defensor dativo para o patrocínio da causa. II – O defensor nomeado ad hoc tem direito à fixação de honorários advocatícios, cabendo ao Estado suportar o ônus desse pagamento, conforme estabelecido na sentença” (STJ, REsp 407.052/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 2ª Turma, jul. 16.06.2005, DJ 22.08.2005, p. 189).

Conforme entendimento supracitado, o hipossuficiente, terá o direito de uma defesa técnica, que não atendida pela defensoria pública o juiz nomeará um advogado que terá seus honorários advocatícios fixados pelo magistrado em sentença com ônus para o estado.

2.3 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Os honorários de sucumbência são aqueles estabelecidos processo, é uma condenação do vencido em favor do vencedor, na reflexão do art. 20 do Código de Processo Civil, essas verbas tem a finalidade de ressarcir as custas e despesas no decorrer do processo. Importante frisar, que nos dias atuais as verbas de sucumbência pertencem ao advogado da parte vencedora.

Neste sentido Theodoro Júnior, (2014, p. 420):

Honorários sucumbenciais. (Caput). “Nos termos do art. 20, caput, do CPC, o vencido será condenado a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Dessa forma, será sucumbente a parte que deu causa à instauração de uma relação processual indevida.” (STJ, EREsp 1084875/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, jul. 24.03.2010, DJe 09.04.2010).

“A condenação nas verbas de sucumbência decorre do fato objetivo da derrota no processo, cabendo ao juiz condenar, de ofício, a parte vencida, independentemente de provocação expressa do autor, porquanto trata-se de pedido implícito, cujo exame decorre da lei processual civil” (STJ, REsp 886.178/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, jul. 02.12.2009, DJe 25.02.2010).

As verbas de sucumbência originariamente possuem natureza ressarcitória, que pertencem ao advogado da parte vencedora e o magistrado deve sentenciar, independentemente de estar nos pedidos, em razão da taxatividade legal, caso ausente na sentença, pode ser recorrida com embargos de declaração.

Neste sentido Theodoro Júnior, (2014, p. 420):

A regra encartada no artigo 20, do CPC, fundada no princípio da **sucumbência**, tem natureza meramente ressarcitória, cujo influxo advém do axioma latino *victusvictori expensas condemnatur*, prevendo a condenação do vencido nas despesas judiciais e nos honorários de advogado (STJ, REsp 868.183/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Rel. p/ ac. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, jul. 17.05.2007, DJ 11.06.2007).

“Independente de boa-fé a condenação do vencido nas despesas e nos honorários, de acordo com o art. 20 do CPC, pois os encargos da sucumbência decorrem exclusivamente da derrota experimentada pela parte” (TRF-4ª Região, Ap. 2000.04.01.142829-6/RS, Rel. Juiz Alcides Vettorazzi, 2ª Turma, DJ 16.01.2002, p. 608). (grifo do autor).

Os honorários de sucumbência historicamente apresentavam o propósito de indenizar a parte vencedora, com ônus para a vencida das despesas no curso do processo, com a contratação do advogado, diante da redação do artigo 20 do Código de Processo Civil, por muito tempo se entendia que o valor referente a sucumbência pertenceria a parte, com a finalidade de custear as despesas advocatícias que suportou, contratando um advogado para defender seus interesses e ver o seu direito reconhecido e declarado em uma sentença, pelo órgão julgador, e que pudesse produzir os esperados efeitos práticos.

Todavia o valor da sucumbência apresentava uma dificuldade para satisfazer o valor despendido para a contratação dos serviços advocatícios. Afinal tentava se reestabelecer a condição patrimonial da parte que precisou da contratação de um advogado para ver o seu direito salvaguardado.

Com a Lei nº 8.906/94, em seu artigo 22, traz expressamente a destinação específica da titularidade da verba honorária de sucumbência.

“Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

O valor dos honorários de sucumbências será estabelecido pelo juiz com base no valor da causa, sendo entre dez e vinte por cento, levando ainda em consideração as dificuldades existentes para a defesa do direito da parte, podendo se destacar o tempo necessário para a construção da tese, a importância e relevância da ação, o zelo pelos serviços prestados e ainda assim se levará em conta onde será prestado o serviço.

O valor dos honorários de sucumbência também poderão ser estabelecidos de formas equitativa, dependendo do tipo da ação. Desse modo poderá ser utilizado o princípio da equidade para se estipular o valor da causa, quando for vencida a fazenda pública, e, assim sendo, pode ser utilizado um valor fixo, tomando como base o critério da equidade.

Segundo, Bueno, (2014, p. 696):

O valor dos chamados “honorários sucumbenciais” será fixado entre o mínimo de dez por cento e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, observados os seguintes critérios: a) o grau de zelo do advogado; b) o lugar de prestação do serviço; e c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (art. 20, § 3º, do CPC). O § 4º do art. 20 do mesmo Código excepciona a observância daqueles limites percentuais nos seguintes termos: “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior”. Sobre a aplicação deste dispositivo nos processos em que é sucumbente a Fazenda Pública, decidiu o STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, que: “1. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade. 2. Nas demandas de cunho declaratório, até por inexistir condenação pecuniária que possa servir de base de cálculo, os honorários devem ser fixados com referência no valor da causa ou em montante fixo. (...)” (STJ, 1ª Seção, REsp 1.155.125/MG, rel. Min. Castro Meira, j.un. 10.3.2010, DJe 6.4.2010).

Há entendimento, ainda que, havendo pedido da parte, o magistrado poderá impor ao vencido, o pagamento do valor dos honorários contratuais, independentemente, da condenação dos honorários de sucumbência, já estabelecidos.

Segundo, Bueno, (2014, p. 696):

Havendo pedido da parte, cabe ao magistrado impor ao sucumbente o pagamento dos honorários contratuais que, como destacado, não podem ser confundidos com os honorários sucumbenciais, que têm origem e justificativa no e pelo próprio processo. Assim, é correto o entendimento da 3ª Turma do STJ segundo o qual os honorários contratuais integram as perdas e danos nos termos e para os fins dos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil (REsp 1.134.725/MG, rel. Min. Nancy Andrighi, j. un. 14.6.2011, DJe 24.6.2011 e REsp 1.027.797/MG, rel. Min. Nancy Andrighi, j.un. 17.2.2011, DJe 23.2.2011)

A sistemática do Código de Processo Civil Brasileiro, estabelece que, as custas e despesas resultantes no decorrer do processo serão suportadas pelo perdedor no final do processo.

De acordo com, Greco Filho, (1997, p.109):

Pela sistemática do Código de Processo, todas as despesas processuais, ao final, serão pagas pelo vencido, segundo o princípio da sucumbência.

O código, para disciplinar o assunto, traz diversas disposições, inclusive quanto ao adiantamento das despesas até a decisão da causa. Em primeiro lugar, o Código libera para pagamento das custas os casos de justiça gratuita concedida àqueles que não tenham condições de prover as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Aliás, esse princípio está consagrado no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que determina que será concedida assistência judiciária aos necessitados na forma da lei. A assistência e a isenção de custas e despesas processuais são reguladas pela Lei n. 1.060 de 5 de fevereiro de 1950, com as suas modificações posteriores, que facilitaram a concessão do benefício.

A diferença dos honorários advocatícios contratuais e de sucumbência é que, os honorários advocatícios contratuais são estabelecidos de comum acordo entre as partes, contratado (advogado), e contratante o cliente. Por outro lado, os honorários de sucumbência são os fixados pelo magistrado, normalmente no final do processo, mesmo sendo ressarcitório, pertencera ao advogado patrono da causa.

Para Gonçalves, (2013, p. 460):

O CPC regula, nos arts. 20 e 21, a condenação em honorários advocatícios decorrentes da **sucumbência no processo**. Não se confundem com **contratuais**, fixados por acordo de vontade, entre o advogado e seu cliente. (grifo do autor).

Apesar dos honorários de sucumbência já ter havido divergências de quem seria a sua titularidade, já se encontra pacificado essa questão, mesmo tendo uma natureza ressarcitória pertencerá ao advogado da parte vencedora.

Acompanha esse posicionamento, Gonçalves, (2013, p. 460):

Os honorários fixados no processo **pertencem ao advogado e não à parte**, conforme art. 23, da Lei n. 8.906/94: “os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor”. (grifo do autor).

Como a titularidade dos honorários de sucumbência são do advogado da parte vencedora, este terá o direito de promover a execução em nome próprio dessa verba, sendo uma legitimidade extraordinária.

Neste sentido, Gonçalves, (2013, p. 460):

O teor do dispositivo não deixa dúvida a respeito da legitimidade do advogado para executar, em nome próprio os seus honorários. Mesmo destituído, poderá requerer que continue sendo intimado para, na fase executiva, cobrá-los.

O advogado que continue atuando em favor da parte vitoriosa na fase executiva poderá optar entre promover a execução de seus honorários em nome próprio, ou em nome da parte, em conjunto com o principal. Se optar pela segunda possibilidade, a parte executará em nome próprio valores que pertencem ao advogado, o que constitui manifestação de **legitimidade extraordinária**. (grifo do autor).

Inclusive se o patrono da causa se achar injustiçado em relação ao valor estipulado a título de honorários de sucumbência, poderá recorrer para haver a revisão dos valores estabelecidos.

Para Gonçalves, (2006, p. 137):

Como os honorários pertencem ao advogado, que tem a faculdade de executá-los, surge a dúvida se ele pode recorrer, em nome próprio, para elevar o seu valor. A questão é controvertida, e há inúmeros acórdãos não admitindo essa possibilidade, como publicados na JTJ, 170/180 e 204/11.

Parece-nos, que não há como negar ao advogado a possibilidade de interpor esse recurso, sob pena de contrariar o direito que lhe é garantido pela lei n.8.906/94. Como ensina Flávio Cheim Jorge, “se o advogado não puder, pela ausência de legitimidade, recorrer da parte da sentença onde são fixados os honorários de condenação, em nenhum momento poderá mais fazê-lo. Nem mesmo por meio de ação própria poderá o advogado insurgir-se contra o percentual fixado pela sentença. Não atribuir legitimidade ao advogado numa situação como esta significa negar-lhe a prestação jurisdicional, pois se está decidindo em juízo um direito seu, próprio, sem que ele nada possa fazer. Nem naquele momento nem em qualquer outro”. Essa também é a opinião de Sérgio Shimura, para quem “negar-lhe a legitimidade recursal é reconhecer que o sistema jurídico confere um direito sem a respectiva proteção. Seria o mesmo que lhe dar um direito com uma mão e retirá-lo com a outra. Impedir o mesmo de recorrer equivale a desarmá-lo para futura execução, impedindo-o de obter

uma decisão justa quanto ao valor de seu crédito, que será objeto da futura execução”.

Dos valores atribuídos como honorários de sucumbência poderá haver recursos quando se entender que os valores são desarrazoáveis com base nos preceitos legais, em relação ao serviço prestado no referido processo.

No mesmo sentido, Gonçalves, (2013, p. 460):

Pela mesma razão, o advogado pode também **recorrer** em nome próprio, com a finalidade exclusiva de elevar seus honorários.

O art. 20, do CPC, estabelece que o juiz condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios. O valor deverá ser fixado em consonância com os §§ 3º, 4º e 5º, cumprindo ao juiz atentar para o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço e a natureza e importância da causa, bem como o tempo exigido para o seu serviço. (grifo do autor).

Quando no processo houver parte vencida e parte vencedora para todos os litigantes, o juiz distribuirá as despesas entre eles. E se o vencido for beneficiário da justiça gratuita, deverá ser estabelecido os valores da sucumbência, porém ficará suspensa até que hipossuficiente adquira capacidade de pagamento, por um período de cinco anos.

Neste sentido, Gonçalves, (2013, p. 460):

Quando cada litigante for em parte vencedor ou vencido, o juiz distribuirá reciprocamente entre eles os honorários e despesas (CPC, art. 21).

Por fim, se o vencido for beneficiário da justiça gratuita, o juiz o condenará nos honorários, mas suspenderá a execução, até que se prove que adquiriu condições de pagá-los, sem prejuízo de seu sustento.

Mesmo postulando em causa própria o advogado terá o direito de receber os honorários de sucumbência. Lembrando que não poderá haver compensação e nem ser objeto de transação, ressalvada a liberalidade do titular do direito de dispor livremente dos valores que o pertencem.

Neste sentido, Gonçalves, (2006, p. 136):

Incumbe ao vencido pagar ao vencedor honorários advocatícios, que pertencem ao advogado e são devidos ainda que ele tenha postulado em causa própria.

Diante do termo peremptório da lei n. 8.906/94, não pode haver mais discussão quanto à possibilidade de o advogado executar, em nome próprio, a verba de sucumbência imposta na sentença. Dispõem o art. 23 daquela lei que “os honorários incluídos na condenação, por arbitramento

ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor”.

Por isso, eles não podem ser compensados com a condenação imposta as partes, nem podem ser objeto de transação, senão com o seu consentimento.

Para Gonçalves, (2006, p. 137):

Nada impede que o advogado prefira executar os honorários em nome da parte, somando-os ao valor do principal. É o que ficou decidido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça: “Os honorários do advogado, embora pertençam ao advogado e constitui direito autônomo para a sua execução, podem ser incluídos na execução promovida pela parte que venceu a ação de indenização, especialmente quando o profissional da ação de conhecimento é o mesmo que patrocina a execução”(STJ, 4ª Turma, REsp 163.893-RS, rel. Min. Ruy Rosado, j. 21-5-1998, dando provimento parcial, v.u., DJU, 19-10-1998, p. 108).

Há um consenso que os honorários de sucumbência poderão ser executados separadamente ou conjuntamente com os valores devidos pelo vencido ao vencedor, sendo, portanto, um direito autônomo do advogado patrono da causa.

Para Gonçalves, (2006, p. 138):

Nada impede, porém, que o recurso para elevação dos honorários advocatícios seja interposto pela parte, representada pelo advogado, caso em que ela estará postulando em nome próprio, interesse que não é seu, mas do advogado em legitimação extraordinária, que decorre do sistema.

O art. 20 e seus parágrafos estabelecem vários critérios para a fixação dos honorários do advogado. O juiz deve sempre observar o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, bem como o tempo exigido para o seu serviço. .

Na execução dos honorários de sucumbência possuem como legitimados a parte vencedora, como também, a chamada legitimidade extraordinária do próprio advogado patrono da causa.

Theodoro Junior, (2014, p. 5236):

Execução dos honorários advocatícios. “Sendo a Lei nº 8.906/94 especial em face do CPC, deve reger a matéria relativa à competência para a execução de honorários advocatícios de sucumbência, em detrimento do art. 575, II, do CPC. A regra inserta no § 1º do artigo 24 da Lei nº 8.906/94 instituiu para o advogado a faculdade jurídica de natureza instrumental de executar os honorários sucumbenciais na própria ação em que tenha atuado, se assim lhe convier. Se a execução nos próprios autos é faculdade conferida ao advogado, é de se entender possível a execução em ação autônoma. Entendimento reforçado pela exegese do art. 23 da Lei nº 8.906/94, que dispõe pertencerem ao advogado os honorários incluídos na condenação, conferindo-lhe o direito autônomo para executar a sentença

nesta parte" (STJ, 2ª Turma, REsp 595.242/SP, Rel. Min. Castro Meira, ac. 22.03.05, DJU 16.05.2005).

Os vários posicionamentos abordados até aqui, remonta-se de várias evidências e entendimentos, da possibilidade e liberalidade do advogado para executar os honorários de sucumbência livremente, conforme melhor lhe convier, sendo conjuntamente com os demais valores da condenação ou o valor específico referente a honorários.

2.4 NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A natureza jurídica dos honorários advocatícios já foi tema de muitas discursões, mesmo nos mais elevados níveis dos conhecedores jurídicos brasileiros.

Apesar de em primeiro plano parecer não fazer muita diferença, ou não ter relevância o tema, mas quando se faz uma discussão mais a fundo, torna-se perceptível e distinto o assunto.

Segundo, Bueno, (2014, p.696):

No que diz respeito aos honorários de advogado, vale destacar questão interessante que já recebeu exame do Supremo Tribunal Federal (RE 143.802/SP, 1ª Turma, rel. Min. Sydney Sanches, j.un. 3.11.1998, DJ 9.4.1999, p. 34; RE 146.318, 2ª Turma, rel. Min. Carlos Velloso, j.un. 13.12.1996, DJ 4.4.1997, p. 10537; e RE 141.639/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j.un. 10.5.1996, DJ 13.12.1996, p. 50179) e do Superior Tribunal de Justiça (REsp 724.693/PR, 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux, j.un. 11.4.2006, DJ 28.4.2006, p. 272, e REsp 329.519/SP, 2ª Turma, rel. Min. João Otávio de Noronha, j.un. 25.10.2005, DJ 21.11.2005, p. 174) e que diz respeito a saber se eles têm ou não natureza alimentar. A questão, que pode parecer exclusivamente teórica numa primeira análise, é eminentemente prática porque as verbas de natureza alimentar, quaisquer que elas sejam, têm tratamento diferenciado nas mais variadas ordens de pagamento. Assim, por exemplo, no que diz respeito aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública (art. 100, caput, e §§ 1º e 2º, da Constituição Federal).

A relevância na classificação da natureza jurídica das verbas de honorários do advogado terá relevância para o estabelecimento de ordem de preferência de liquidação dos referidos valores na execução dos créditos, principalmente quando existem vários credores e, ainda mais, quando se tratar de fazenda pública, que suas dívidas são liquidadas por precatórios.

Segundo, Bueno, (2014, p.696):

O entendimento que predominou nos julgamentos destacados e em tantos outros distinguiu os honorários de advogado sucumbenciais dos contratuais, dicotomia que está em estreita harmonia ao disposto no art. 22 da Lei n. 8.906/1994, e, dentre os contratuais, distinguiu os ajustados em valor fixo e os que dependem de algum evento futuro, assim, o ganho da causa, os chamados “honorários de êxito”. Os honorários contratuais fixos teriam natureza alimentar; não os devidos pela sucumbência ou os contratuais devidos pelo êxito da atuação do profissional. A justificativa repousaria no caráter aleatório destes últimos. A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em julgamento mais recente (STF, 1ª Turma, RE 470.407/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j.un. 9.5.2006, DJ 19.5.2006), contudo, teve oportunidade de recusar qualquer distinção entre os honorários advocatícios, que merecem, em qualquer caso, tratamento de verba alimentar porque representam, por definição, a contraprestação de um serviço prestado e, como tal, têm como finalidade primeira a de prover a subsistência do profissional que os prestou e de sua família.

A orientação, que se apresenta como a mais correta, foi observada pela 3ª Turma do STJ (REsp 793.245/MG, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j.un. 27.3.2007, DJ 16.4.2007, p. 188) para classificar os honorários advocatícios ao lado dos créditos trabalhistas alimentares em sede de falência; pela 1ª Turma do STJ (REsp 859.475/SC, rel. Min. Denise Arruda, j.un. 26.6.2007, DJ 2.8.2007, p. 382) para impedir a penhora de honorários advocatícios independentemente de sua origem (para esta discussão, v. n. 2.4 do Capítulo 4 da Parte II do vol. 3) e, mais amplamente, pela mesma 1ª Turma do STJ, para, diante do precedente do STF, “ser revisto o entendimento que esta Corte Superior aplica à questão (...) que considera alimentar apenas os honorários contratuais, mas não reconhece essa natureza às verbas honorárias decorrentes de sucumbência” (REsp 934.421/PR, rel. Min. José Delgado, j.un. 26.6.2007, DJ 23.8.2007, p. 236). Na atualidade, a questão parece estar pacificada no âmbito daquele Tribunal no sentido de reconhecer, aos honorários advocatícios, natureza alimentar, independentemente de sua origem ser contratual ou sucumbencial. Neste sentido, são as seguintes decisões: STJ, 1ª Seção, EREsp 647.283/SP, rel. Min. José Delgado, j.un. 14.5.2008, DJe 9.6.2008; STJ, 1ª Turma, REsp 1.032.747/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki, j.un. 18.3.2008, DJe 17.4.2008; STJ, 3ª Turma, REsp 798.241/RJ, rel. Min. Nancy Andrighi, j.un. 11.3.2008, DJe 26.3.2008, e STJ, CE, EREsp 706.331/PR, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j.m.v. 20.2.2008, DJe 31.3.2008.

Diante das explanações acima, pode-se constatar pelos posicionamentos e julgados apresentados que havia divergência até mesmo em relação ao fato, que originava o direito do honorário, em razão de ser contratual com valor pré-fixado, ou se o contrato deixa para uma valoração por artigos para ser definido no final do contrato, e ainda, se o valor fosse de origem de honorários de sucumbência.

Mas essas divergências parecem estar superadas, chegando-se ao consenso de que independentemente da origem dos honorários advocatícios, estes, por se entender que são frutos do trabalho do profissional, tem natureza alimentar.

Theodoro Junior, (2014, p. 416):

Honorários advocatícios: Natureza alimentar. “Esta Corte Superior já decidiu que os honorários advocatícios, sejam contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia, devendo, por consequência, ser inseridos na exceção do artigo 100, caput, da Constituição Federal” (STJ, AgRg no REsp 1.153.539/PR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Turma, jul. 27.04.2010, DJe 17.05.2010). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 765.822/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, jul. 17.12.2009, DJe 04.02.2010.

Conforme julgado, e o posicionamento do autor deixa cristalino, a natureza alimentícia dos honorários advocatícios, sendo o caso pacificado e podendo se aplicar no caso concreto na preferência de ordem nas liquidações, inclusive quando for vencida a fazenda pública.

Theodoro Junior, (2014, p. 416):

Falência. Concurso de credores. Preferência ao crédito tributário. “Cinge-se a lide em determinar se os honorários advocatícios possuem natureza alimentar e se, em concurso de credores, podem ser equiparados a créditos trabalhistas. (...) os honorários advocatícios constituem crédito privilegiado, que deve ser interpretado em harmonia com a sua natureza trabalhista-alimentar. Sendo alimentar a natureza dos honorários, estes devem ser equiparados aos créditos trabalhistas, para fins de habilitação em concurso de credores.” (STJ, REsp 988126/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, jul. 20.04.2010, DJe 06.05.2010). Em sentido contrário: “Embora esta Corte Superior já tenha reconhecido a natureza alimentar dos créditos decorrentes dos honorários advocatícios, estes não se equiparam aos créditos trabalhistas, razão por que não há como prevalecerem, em sede de concurso de credores, sobre o crédito fiscal da Fazenda Pública.” (STJ, REsp 939577/RS, Rel. Min. Massami Uyeda, 3ª Turma, jul. 03.05.2011, DJe 19.05.2011). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1226946/PR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Turma, jul. 15.02.2011, DJe 24.02.2011; STJ, AgRg no REsp 1267980/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, jul. 03.11.2011, DJe 08.11.2011).

Diante do posicionamento citado acima e julgados do STJ, o entendimento em relação aos honorários advocatícios nos casos de falência e preferências de crédito fiscal da fazenda pública, aqueles não se equiparam aos créditos trabalhistas, ficando com prioridade os créditos fiscais das fazendas, em relação aos créditos oriundos de honorários advocatícios.

Theodoro Junior, (2014, p. 416):

Preferência ao crédito hipotecário. “Os honorários advocatícios de sucumbência, por guardarem natureza alimentar, preferem ao crédito hipotecário.” (STJ, REsp 511.003/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma, jul. 18.05.2010, DJe 28.05.2010). No mesmo sentido: STJ, AgRg no Ag 780.987/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, jul. 07.10.2010, DJe 19.10.2010.

Com base no posicionamento do autor os créditos hipotecários, e julgados do STJ, não terão preferências em relação aos créditos de honorários advocatícios, mesmo possuindo natureza alimentícia.

Theodoro Junior, (2014, p. 5662):

Honorários advocatícios. “Os honorários advocatícios, tanto os contratuais quanto os sucumbenciais, têm natureza alimentar. Precedentes do STJ e de ambas as turmas do STF. Por isso mesmo, são bens insuscetíveis de medidas constritivas (penhora ou indisponibilidade) de sujeição patrimonial por dívidas do seu titular. A dúvida a respeito acabou dirimida com a nova redação art. 649, IV, do CPC (dada pela Lei nº 11.382/2006), que considera impenhoráveis, entre outros bens, ‘os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal’” (STJ, EREsp 724158/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Corte Especial, jul. 20.02.2008, DJe 08.05.2008). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 758.736/PR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, jul. 02.12.2008, DJe 17.12.2008; STJ, REsp 1.358.331/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, jul. 19.02.2013, DJe 26.02.2013; STJ, REsp 724.158/PR, Rel. Min. Nancy Andrigli, 3ª Turma, jul. 26.09.2006, DJ 16.10.2006; STJ, EREsp 706.331/PR, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, jul. 20.02.2008, DJ 31.03.2008. Em sentido contrário: “Não há razão para se perfilar a tese de que existem dívidas alimentares que podem excepcionar ou regime da impenhorabilidade de vencimentos e outras, de mesma natureza, que não gozam de tal privilégio. É de se admitir, portanto, a penhora on line, para pagamento de honorários advocatícios” (STJ AgRg no REsp 1.206.800/MG, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, jul. 22.02.2011, DJe 28.02.2011).

Ainda com relação aos honorários advocatícios, em razão de sua natureza alimentícia, essas verbas possuem condição de indisponibilidade e a impenhorabilidade, conforme os comentários e julgados acima.

3 DOS ADVOGADOS PÚBLICOS

A advocacia, como já foi discorrido no presente trabalho, está regulada pela Lei nº 8.906/94. O poder público, pessoa jurídica nos termos legais, para estar em juízo precisa se fazer representado por um profissional habilitado, não há diferença das pessoas físicas e das pessoas jurídicas em relação à necessidade do profissional para representar em juízo, que será para todos os casos, o advogado. O estado com todas as suas estruturas institucionais necessitará dos profissionais formados em direito para atuarem juntamente aos seus órgão que possuem atribuições específicas, que nem sempre terá o objetivo de fazer a defesa do estado, mas, sim, de uma coletividade, ou de uma pessoa em condição de hipossuficiência, que esteja sendo o fator limitador para o acesso ao poder jurisdicional.

3.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO

O ministério público desde sua origem aparece com a função de promover a justiça pública, com objetivo de reprimir a criminalidade e realizar a defesa dos interesses coletivos da sociedade.

Para, Theodoro Junior, (2014, p. 743):

Com a instituição da Justiça Pública e o reconhecimento da imprescindibilidade de ocupar o juiz uma posição imparcial no processo, surgiu, para o Estado, a necessidade de criar um órgão que se encarregasse de promover a defesa dos interesses coletivos da sociedade na repressão dos crimes.

Abolida a vingança privada, e reconhecido que os crimes atingem mais as condições de convivência social do que os interesses privados dos ofendidos, era preciso encarregar alguém de defender permanentemente os interesses comuns da sociedade perante o Poder Judiciário.

Foi assim que surgiu a figura do Ministério Público como órgão agente da repressão penal, titular da pretensão punitiva do Estado-administração perante o Estado-juiz.

Além da função penal que o Ministério Público detém, desde a sua origem, atualmente tem se modernizado a nível institucional atuando, também na área cível.

Atuando em defesa do interesse público e da coletividade, de mesma sorte atua para garantir o direito dos hipossuficientes.

Para, Theodoro Junior, (2014, p. 743):

Dessa função primitiva evoluiu a atuação do Ministério Público para áreas do processo civil onde, também, se notava prevalência do interesse público sobre o privado.

Modernamente, tanto no processo criminal como no civil, o Ministério Público “é a personificação do interesse coletivo ante os órgãos jurisdicionais”, ou seja, o representante da “ação do Poder Social do Estado junto ao Poder Judiciário”.

Pode, destarte, o Ministério Público ser conceituado como “o órgão através do qual o Estado procura tutelar, com atuação militante, o interesse público e a ordem jurídica, na relação processual e nos procedimentos de jurisdição voluntária. Enquanto o juiz aplica imparcialmente o direito objetivo, para compor litígios e dar a cada um o que é seu, o Ministério Público procura defender o interesse público na composição da lide, a fim de que o Judiciário solucione esta *secundumius*, ou administre interesses privados, nos procedimentos de jurisdição voluntária, com observância efetiva e real da ordem jurídica”.

Na atualidade, o ministério público tem apresentado também uma atuação no sentido coibir o interesse privado quando, motivado pelos interesses econômicos, implanta mecanismos, desenvolve uma atuação na contramão dos direitos coletivos, ou interesses públicos assegurados como garantias, e já consagrados para o bem da sociedade.

No tocante, aos honorários de sucumbência, diante da atuação do ministério público na área civil existe divergência, e vários posicionamentos. Até mesmo pela sua forma de atuação, tutelando direitos coletivos, ou individuais, porém, estes indisponíveis.

Segundo, Theodoro Junior, (2014, p. 8233):

Ministério Público. Ação julgada improcedente. “É descabida a condenação do Ministério Público em verbas sucumbenciais em ação civil pública, exceto quando comprovada má-fé” (STJ, REsp 178.088/MG, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 04.08.2005, DJ 12.09.2005). No mesmo sentido: STJ, REsp 422.801/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, 1ª Turma jul. 27.08.2002, DJ 21.10.2002.

Em sentido diverso, pela condenação da Fazenda Pública. “Dada a especial circunstância em que a sucumbência do Ministério Público Estadual na ação civil pública não pode ser analisada, a eventual condenação ao pagamento de verba honorária à parte adversa deve ser suportada pelo Estado – no caso, o Estado de São Paulo. Doutrina” (STJ, REsp 1105782/SP, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 05.05.2009, DJe 15.05.2009).

Ação julgada procedente. “Em ação civil pública, quando o Ministério Público é vencedor, cabe condenar a parte vencida em honorários advocatícios, verba que seria recolhida aos cofres do Estado ou da União, conforme o caso. Interpretação do art. 18 da Lei nº 7.347 de 24.7.85 (LACP)” (STJ, 1ª Turma, EDcl no REsp 623.197/RS, Rel. Min. José Delgado, jul. 07.06.2005, DJ 01.07.2005). Em sentido contrário: “A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, quando a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público for julgada procedente, descabe condenar a parte vencida em honorários advocatícios” (STJ, REsp 1.038.024/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, jul. 15.09.2009, DJe 24.09.2009). No mesmo sentido: STJ, REsp 859737/DF, Rel. Min. Francisco Falcão, 1ª Turma, jul. 10.10.2006, DJ 26.10.2006.

O ministério público, de acordo com vários entendimentos, não atua, propriamente, na advocacia, logo, os honorários de sucumbência, que constitui um direito autônomo do advogado patrono da causa, nos termos da Lei nº. 8.906/94, perde a sua razão intrínseca, de ter a sua destinação, para os atuantes do processo.

O orçamento de cada Estado da federação, ou mesmo da União, já possui uma unidade autônoma para o custeio do Ministério Público. Sendo custeado pelos cofres públicos, com sua origem em tributos, em um conceito mais amplo é custeado pela sociedade, de forma geral.

Diante disso, parece assistir razão ao entendimento, que no caso da condenação da parte contrária, ao ministério público, para o pagamento dos honorários de sucumbência os destine aos cofres públicos, convertido em renda.

Para, Gonçalves, (2013, p. 644):

Há controvérsia quanto à possibilidade de haver condenação da Fazenda Pública em honorários de sucumbência, quando o Ministério Público for vencido. Parece-nos que, conquanto respeitáveis as opiniões contrárias, nem o Ministério Público nem a Fazenda respondem por honorários advocatícios, quando aquele for vencido nas ações coletivas que propuser. É o que tem decidido o Superior Tribunal de Justiça, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé, diante do que dispõe os arts. 17, 18 e 19, da Lei da Ação Civil Pública. Nesse sentido, REsp 403.599-PR, Rel. Min. Eliana Calmon, REsp 261.593-SP, Rel. Min. Garcia Vieira. Mais recentemente, o acórdão no AgRg no Ag 1304896/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 22 de março de 2011, com ampla indicação de precedentes. No caso de ações individuais, que se processam na forma do CPC, o Ministério Público também não responderá no caso de ser vencido, mas será aplicável o art. 85, do CPC: “O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude”.

Em contrapartida, é observada a simetria entre os litigantes, se vencedor o Ministério Público também não receberá honorários advocatícios.

Segundo, Theodoro Junior, (2014, p. 8234):

“O Ministério Público tem por finalidade institucional a defesa dos interesses coletivos e individuais indisponíveis (CF, art. 127). A Lei 8.906/94, a seu turno, dispõe que os honorários sucumbenciais pertencem aos advogados, constituindo-se direito autônomo (art. 23), determinação que está na base da Súmula STJ/306. A par de não exercer advocacia, o Ministério Público é financiado com recursos provenientes dos cofres públicos, os quais são custeados, por entre outras receitas, por tributos que a coletividade já suporta. Nega-se provimento ao Recurso Especial interposto pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, mantendo a não incidência de honorários” (STJ, REsp 1.034.012/DF, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, jul. 22.09.2009, DJe 07.10.2009). No mesmo sentido: STJ, EREsp 895530/PR, Rel.^a Min.^a Eliana Calmon, 1ª Seção, jul. 26.08.2009, DJe 18.12.2009. Todavia, “Ação civil pública que perdeu o objeto no curso do processo, em razão de diligências assumidas pelo réu. Responsabilidade deste pelos honorários de advogado, porque deu causa à demanda” (STJ, REsp 237767/SP, Rel. Min. Ari Pargendler, 3ª Turma, jul. 03.10.2000, DJ 30.10.2000).

“Esta Corte de Justiça, na evolução de sua jurisprudência, reconheceu a possibilidade de fixação dos honorários advocatícios, na hipótese de o processo de execução decorrer de sentença oriunda de ação coletiva. A fixação dos honorários advocatícios em 5% do valor da execução, no caso em tela, leva em conta a análise conjunta dos critérios previstos nos §§ 3º e 4º do art. 20 do Diploma Processual Civil” (STJ, AgRg nos EREsp 661695, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, jul. 10.03.2010).

Em decisão mais recente, observa-se entendimento na possibilidade da condenação da parte vencida, da execução nas ações coletivas.

3.2 A DEFENSORIA PÚBLICA

O acesso ao poder judiciário muitas vezes esbarra em dificuldades, entre as principais, pode se destacar a falta de informação sobre os direitos garantidos pelo arcabouço jurídico existente, e outra, é o próprio acesso ao poder judiciário pela necessidade de haver um profissional técnico como requisito para entrar com uma ação judicialmente.

O poder aquisitivo financeiro não deixa de ser um limitante, pois, para contratar um advogado, na maioria das vezes, será necessário dispor de um valor econômico para realizar a contratação e o pagamento dos referidos serviços.

É notório que, do povo brasileiro, uma grande parte da população vive a margem da sociedade, desassistida de direitos fundamentais, bem como do acesso à justiça. Mas graças ao constituinte de 1988, uma garantia de nível constitucional

está expressa à intenção de viabilizar o acesso à justiça por toda a sociedade, independente da raça, sexo, religião ou capacidade econômica.

Para Bueno, (2014, p. 690):

Trata-se de passo fundamental que foi dado pela Constituição Federal em prol da construção e aperfeiçoamento de um novo Estado Democrático de Direito para o país. Antes do art. 134, a tutela jurídica do hipossuficiente era não só incipiente mas, também, feita quase que casuisticamente pelos diversos membros da Federação. O dispositivo da Constituição Federal, neste sentido, teve o grande mérito de impor a necessária institucionalização daquela função, permitindo, assim, maior racionalização na atividade de conscientização e de tutela jurídica da população carente, providência inafastável para o engrandecimento de um verdadeiro Estado e do fortalecimento de suas próprias instituições, inclusive as que mais importam para o desenvolvimento deste Curso, as relativas à “Justiça”. É neste contexto que o tema respeitante aos “direitos fundamentais institucionais”, ao que o n. 2.4 do Capítulo 2 da Parte I fez menção, deve ser lembrado. Os arts. 3º-A e 4º-A da Lei Complementar n. 80/1994, introduzidos pela Lei Complementar n. 132/2009, são bastante claros quanto à diretriz aqui evidenciada. O primeiro indicando os “objetivos da Defensoria Pública”; o segundo, “os direitos dos assistidos da Defensoria Pública”.

Sendo assim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trouxe a obrigatoriedade da implantação da defensoria pública, com a finalidade primordial, de promover o acesso dos menos favorecidos ao poder judiciário.

Para Bueno, (2014, p. 690):

Um exemplo parece ser bastante ilustrativo a este respeito. Não obstante a determinação constante do art. 134 da Constituição Federal, alguns Estados-membros demoraram mais de uma década e meia para a criação e a instalação de suas Defensorias Públicas. É o caso de São Paulo, em que a Defensoria Pública só foi criada pela Lei Complementar n. 988, de 9 de janeiro de 2006, daquele Estado. Não que antes disto as “funções institucionais” reservadas, desde o plano constitucional, não fossem desempenhadas de alguma forma e a população hipossuficiente daquele Estado ficasse ao desamparo desta “tutela jurídica”. O ideal, em termos de realização dos valores constitucionalmente assegurados, seria a Defensoria Pública poder se estruturar e se organizar com total independência dos demais Poderes e funções públicas como meio, até mesmo, de bem alcançar seus objetivos. Com relação ao Estado de Santa Catarina, ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, questionou a viabilidade de as funções institucionais da Defensoria Pública serem exercidas pelo que o art. 104 da Constituição daquele Estado e a Lei Complementar que o disciplina chamam de “advocacia dativa”, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil local (ADI 3.892/SC, rel. Min. Joaquim Barbosa, j.m.v. 14.3.2012, DJe 25.9.2012). O entendimento que prevaleceu foi o da inconstitucionalidade da regra, determinando-se que aquele Estado instalasse no prazo máximo de um ano a Defensoria Pública.

O Supremo Tribunal Federal, coerentemente, nega que eventuais convênios firmados pela Defensoria Pública para auxiliá-la a atingir seus misteres institucionais sejam exclusivos ou monopolísticos. Foi o que motivou o

Pleno daquele Tribunal a julgar inconstitucional Lei do Estado de São Paulo que obrigava a Defensoria Pública daquele Estado a firmar convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil local em caráter de exclusividade. Trata-se da ADI 4.163/SP, rel. Min. Cezar Peluso, j.m.v. 29.2.2012.

Mesmo sendo constitucional, a obrigatoriedade da institucionalização da defensoria pública, fica evidente nos relatos acima as dificuldades de serem implantadas em vários estados, ficando claro o desinteresse de se promover de forma efetiva a estruturação da defensoria pública. Observa-se a tentativa de criar mecanismos, que pudessem atender a exigência constitucional, porém sem a devida institucionalização de uma unidade autônoma.

É notório e convém ressaltar que, se fizessem uma pesquisa, mesmo não sendo muito detalhada, não seria difícil encontrar várias dificuldades que limitariam a missão da defensoria pública.

Para Bueno, (2014, p.711):

A Defensoria Pública é organizada em cargos de carreira, e o acesso a eles depende de realização de concurso público de provas e títulos. Sua remuneração observará o que dispõe o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, de acordo com o art. 135 da mesma Carta. Isto não quer dizer, contudo, que a Defensoria Pública, como órgão institucional, e não o defensor público, como agente executor deste órgão (arts. 46, III; 91, III, e 130, III), não possa receber honorários de advogado derivados de sua atuação judicial quando presentes os pressupostos da lei processual civil (v. n. 4 do Capítulo 2 da Parte IV).

Os cargos da defensoria pública serão ocupados por servidores, com ingresso, através de concurso público.

O cargo de defensor possui capacidade postulatória decorrente da nomeação e posse no cargo público, não sendo necessária à inscrição nos quadros da OAB.

A resolução n. 55 de 03-10-2011, do Conselho Superior da DPU, dispõe, em seu art. 1º. Que “a capacidade postulatória dos membros da Defensoria Pública da União decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público, sendo prescindível a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas atribuições institucionais e legais (lei complementar n. 80, art 4.º § 6º)”.

No tocante aos honorários de sucumbência há entendimento que há defensoria pública poderá fazer jus a esse direito. Porém, não terá o direito de receber a verba, o defensor público que atuará para defender os interesses dos usuários da instituição.

3.3 DA DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS

Depois de tudo, que já apresentamos sobre a profissão do advogado, ainda podemos trabalhar sobre a destinação das verbas de natureza alimentícias, que são os honorários de sucumbência, quando tratamos de advogados que atuam no cargo de procuradores, na qualidade de servidores públicos de carreira, investidos através de concurso público com estabilidade de emprego após aprovados em estágio probatório, e com salário mensal regulado por lei e pago pelos cofres públicos.

A advocacia pública traz previsão constitucional, das funções essenciais à justiça, sendo desempenhadas suas atividades precípuas a nível federal, por meio da Advocacia Geral da União, e nos estados e municípios desempenhadas por suas procuradorias, e da mesma forma nas autarquias e fundações públicas.

Nos termos do art. 131 e seguintes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

Está evidente a imprescindibilidade, de estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, como requisito para investidura do cargo de advogado público no cargo de procurador. Assim pode se reforçar a tese com o texto expresso do art. 3º da Lei nº 9.806/94:

“Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

O servidor público, tendo seus salários custeados pelos cofres públicos, essas receitas tem origem de tributos, ou ainda, de outras fontes de recursos, porém públicos, sendo do orçamento público, teoricamente esses recursos são dos esforços de todos e pertence de maneira geral a toda população.

No entanto o advogado público está submetido às regras do Estatuto da advocacia Lei nº 9.806/94. Se tiverem os mesmos deveres, deveriam possuir os mesmos direitos, inclusive, relativo ao estabelecido como já exposto acima, referente às verbas dos honorários de sucumbência, direito autônomo do advogado patrono da causa.

No tocante a origem dos recursos para o pagamento dos honorários de sucumbência quando vencido for a pessoa física ou jurídica de direito privado, não há controvérsias que a origem desse recurso seja de natureza privado, não fazendo parte de recursos públicos, nem se quer fazendo parte do orçamento do ente estatal que esteja litigando. Não paira dúvida no sentido que esse tem única e exclusivamente natureza privada.

Como pode ser convertido em renda? Um recurso que não está previsto nas leis orçamentárias.

Mas com outros posicionamentos, em relação à destinação das verbas de honorários de sucumbências, existe uma grande corrente, que defende e garante que esses recursos pertencem ao ente público vencedor do litígio, e deverá ser convertido em renda, com proveito para o mesmo.

Neste sentido, Theodoro Junior, (2014, p. 487):

Fazenda Pública. Vencedora da demanda. “A jurisprudência desta Corte tem apontado no sentido de que a titularidade dos honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, ou as empresas públicas, ou as sociedades de economia mista, não constituem direito autônomo do procurador judicial, porque integram o patrimônio público da entidade. Precedentes.” (STJ, AgRg no AREsp 173089/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, jul. 07.02.2013, DJe18.02.2013). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1172069/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 1ª Turma, jul. 18.09.2012, DJe 21.09.2012; STJ, AgRg no Ag 824.399/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, jul. 24.04.2007, DJU 21.05.2007.

A Lei federal nº 9.527/97, estabelece em seu art. 4º que não são aplicáveis as regras da Lei nº 8.906/94 Estatuto da Advocacia e OAB, no que tangem as verbas de honorários de sucumbência, quando vencedora for fazenda pública.

Na interpretação da Lei federal nº 9.527/97. Quando for vencedora a fazenda pública e houver a condenação da parte contrária para pagamento dos honorários de sucumbência, estes deverão pertencer ao ente público que estiver ligando, sendo convertido em renda. Diversamente, o que esta preconizado na Lei nº8.906/94 que os valores estipulados em sentença a título de honorários de sucumbência pertencerão ao advogado patrono causa, vencedor do litígio.

Nos termos da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997;

Art. 4º As disposições constantes do Capítulo V, Título I, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, não se aplicam à Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às autarquias, às fundações instituídas pelo Poder Público, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

Em outro sentido, o estado de Minas Gerais ao legislar sobre o assunto, honorários de sucumbência, deixou expresso em sua norma, que os valores estipulados a título de honorários de sucumbência, pertencerão aos procuradores estaduais. Conforme se vê na lei estadual a seguir:

Lei estadual nº 18.017, de 8 de Janeiro de 2009.

Art. 3º Os honorários advocatícios de sucumbência são cobrados pelo Estado e recebem o mesmo tratamento jurídico que a lei concede ao crédito tributário inscrito em dívida ativa.

§ 1º Os honorários advocatícios de sucumbência devidos aos Procuradores do Estado, decorrentes de confissão ou parcelamento de créditos do Estado cobrados judicialmente, são de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

§ 2º Quando o recebimento de honorários advocatícios de sucumbência forem em decorrência de remissão ou anistia geral, o percentual de honorários poderá ser reduzido até o percentual de 5% (cinco por cento), nos termos do decreto, e poderão ser divididos no mesmo número de parcelas do principal, observado o valor mínimo fixado em regulamento.

A prefeitura municipal de João Pessoa no Estado da Paraíba também legislou sobre o assunto honorário de sucumbência e nos termos da Lei municipal nº 11.995 de 2010. Os honorários de sucumbência também serão distribuídos entres os advogados, procuradores e assessores jurídicos, desde que lotados na Procuradoria Geral do Município, também terão direito a participar do rateio dos valores atribuídos aos honorários de sucumbência, quando aquele ente for vencedor em demandas judiciais, das quais origem honorários de sucumbência. Conforme segue o texto legislativo daquele município:

Lei nº 11.995, de 10 de dezembro de 2010.

Art. 2º O Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município - FUNDERM tem como escopo prestar apoio financeiro em caráter supletivo ao custeio e investimentos da Procuradoria Geral do Município, devendo ser utilizado para atender as finalidades públicas abaixo discriminadas:

[...]

X - rateio dos honorários advocatícios entre o Procurador Geral, o Procurador-Geral Adjunto, o Corregedor, o Chefe de Gabinete, os Procuradores Municipais, os Assessores Especiais, os Assistentes de Procurador da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa;

XI - os advogados e assessores jurídicos efetivos, desde que lotados na Procuradoria Geral do Município de João Pessoa também terão direito ao rateio previsto no inciso anterior;

No Estado do Amazonas, também não foi diferente ao legislar sobre a destinação dos honorários de sucumbência, quando se trata dos advogados públicos daquele estado, os procuradores do Estado do Amazonas, farão jus receberem os valores relativos aos honorários de sucumbência angariados fruto de vitórias das demandas judiciais de que o Estado do Amazonas seja parte. A Lei nº 2.350 de 18 de Outubro de 1995, além de disciplinar as cobranças extrajudiciais da dívida tributária, também disciplinou em relação aos honorários de sucumbências no sentido de acompanhar a lei federal nº 8905/94. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil OAB. Que regulamenta a destinação das referidas verbas.

Nos termos da Lei nº 2.350, de 18 de Outubro de 1995 do Estado do Amazonas:

Dispõe sobre a Cobrança Extrajudicial da Dívida Tributária do Estado e dá outras providências.

Art. 2.º Inscrita a dívida no setor competente da Secretaria da Fazenda, a Procuradoria Geral do Estado, antes de ajuizar a Ação cabível, intimará o devedor, no prazo máximo de cinco dias, para pagamento do débito acrescido dos encargos legais correspondentes, inclusive verba honorária não superior a 10% (dez por cento) do montante, na forma do que dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e obedecido o art. 15 da Lei nº 1.807, de 23 de novembro de 1987.

Recentemente houve a regulamentação da destinação dos honorários advocatícios de sucumbência dos procuradores do Estado do Amazonas, por meio da Resolução CPE nº 4 de 14 de março de 2013. Oportunamente, veio regulamentar, nos por menores, a distribuição das verbas de honorários advocatícios de sucumbência dos servidores públicos do Estado do Amazonas, e a forma de participação e distribuição desses valores entre os profissionais que detêm o direito e o quantitativo de suas participações.

Conforme Resolução CPE Nº 4 de 14/03/2013:

Dispõe sobre a regulamentação do artigo 15 da Lei nº 1.807/1997, artigo 2º da Lei 2.350/1995, e dá outras providências.

Art. 2º. Os honorários advocatícios serão depositados em conta aberta especificamente para esse fim, em nome da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas - APEAM, observados os seguintes procedimentos:

I - Em se tratando de honorários decorrentes do ônus da sucumbência, caberá ao Procurador do feito requerer seu levantamento, providenciar o depósito na conta corrente da APEAM e comunicar o Procurador-Chefe da Especializada com apresentação da cópia da guia, por meio de despacho exarado no processo administrativo correspondente.

II - Em se tratando de honorários devidos em razão da cobrança extrajudicial, caberá à PRODACE fornecer ao devedor a guia de depósito bancário em nome da APEAM e efetuar o controle dos pagamentos por meio de despacho exarado no processo administrativo correspondente.

[...]

DO RATEIO

Art. 9º. Não farão jus ao rateio de honorários advocatícios, os Procuradores que não estejam em efetivo exercício na Procuradoria Geral do Estado por força dos afastamentos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, XI e XIII do art. 60, ou nos incisos V e VI do art. 66, ambos da Lei nº 1.639/1983, no cumprimento de pena disciplinar de suspensão, pela Decretação de

aposentadoria, por morte ou por afastamento com base no permissivo de que trata o art. 46 da Lei nº 1.639/1983.

Art. 10º. A APEAM procederá ao rateio mensal dos honorários entre os Procuradores do Estado beneficiários da verba, observados os seguintes critérios:

I - o rateio será proporcional quando da entrada em exercício do procurador, respeitada a seguinte proporção relativa ao valor integral devido aos procuradores no mês de arrecadação:

- a) No primeiro mês: 10%;
- b) No segundo mês: 20%;
- c) No terceiro mês: 40%;
- d) No quarto mês: 60%;
- e) No quinto mês: 80%;
- f) No sexto mês: 100%;

II - quando cessada a atividade na Procuradoria Geral do Estado, em virtude de exoneração ou nas hipóteses de que trata o art. 9º, o procurador continuará percebendo honorários pelo período de seis meses, observada a aplicação inversa dos percentuais previstos nas alíneas do inciso anterior, da seguinte forma:

- a) No primeiro mês: 100%;
- b) No segundo mês: 80%;
- c) No terceiro mês: 60%;
- d) No quarto mês: 40%;
- e) No quinto mês: 20%;
- f) No sexto mês: 10%;

III - quando do retorno à atividade, na Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, dos afastamentos previstos no art. 9º, serão aplicados os critérios de proporcionalidade previstos no inciso I para pagamento de honorários.

IV - na hipótese de os afastamentos tratados no art. 9º serem inferiores a seis meses, a proporcionalidade do rateio reiniciará do último percentual percebido;

§ 1º A APEAM, procederá ao rateio mensal com base nos valores arrecadados no mês anterior, contabilizando o valor devido, a cada beneficiário, ainda que não se realize a distribuição naquele mês.

§ 2º Caberá aos procuradores estabelecer os valores mínimos para distribuição e demais aspectos relativos à administração dos valores creditados em sua conta.

Art. 11º. Na hipótese de honorários advocatícios de sucumbência e fixados em execução fiscal, decorrentes de decisão pendente de apreciação de recurso ou remessa oficial, o valor deverá permanecer em depósito judicial até confirmação em segundo grau, mediante publicação na imprensa oficial.

§ 1º por solicitação do Procurador-Chefe da Especializada competente, poderá o Conselho de Procuradores autorizar o levantamento antes da confirmação em segundo grau se o entendimento jurídico dado à matéria estiver consolidado na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

§ 2º na hipótese de levantamento de verba honorária antes do trânsito em julgado, a mesma estará sujeita a rateio, ficando a distribuição condicionada à autorização do Conselho de Procuradores do Estado do Amazonas.

§ 3º na hipótese de autorização do Conselho de Procuradores do Estado do Amazonas para distribuição da verba honorária:

I - A APEAM fará a distribuição mediante a assinatura de TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DEVOLUÇÃO para o caso de reversão do provimento judicial, do qual constará, no mínimo, a obrigação de devolução do valor bruto recebido dentro do, prazo constante da ordem judicial e a aplicação de multa no, percentual de 20% sobre o montante que deixar de ser devolvido no prazo.

II - o Procurador do Estado beneficiário poderá optar por não receber de imediato a verba honorária, permanecendo o valor depositado em conta remunerada até o trânsito em julgado ou até o momento em que o Procurador optar por recebê-la, mediante a assinatura do TERMO tratado no inciso anterior.

§ 1º em qualquer hipótese de devolução, o procurador responderá pelo valor correspondente aos acréscimos legais pertinentes, segundo a ordem judicial.

§ 2º na hipótese de reversão do provimento judicial, os procuradores que receberem honorários na forma do artigo anterior são responsáveis pela devolução do valor bruto rateado, observado o seguinte procedimento:

I - caberá à APEAM antecipar, de imediato, conforme o saldo existente nas contas correntes, a restituição da quantia;

II - paralelamente à providência do inciso I, o beneficiário será notificado a devolver o valor bruto recebido com acréscimos legais pertinentes, segundo a ordem judicial, no prazo assinalado pelo juiz, sob pena de não participar das distribuições subsequentes até quitação do valor por ele devido, acrescido dos encargos financeiros eventualmente suportados pela APEAM em decorrência de sua inadimplência, sem prejuízo da adoção de medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis.

A regulamentação feita pelo Estado do Amazonas, primeiramente todos os valores, relativos a honorários de sucumbência são depositados em uma conta específica em nome da APEAN Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas, e posteriormente são distribuídos mensalmente de forma equânime aos integrantes da procuradoria do estado. De forma gradativa passam a participar dos valores rateados mensalmente, os profissionais que ingressam nos quadros da procuradoria estadual, e de mesma sorte, também de forma gradativa deixam de participar do rateio, relativos aos honorários de sucumbência, quando o servidor deixa de ser integrante da procuradoria estadual.

É um assunto ainda divergente, apresentando correntes diferentes de pensamentos sobre a destinação dos honorários de sucumbência, quando se trata de advogados públicos.

Há os que apoiam a ideia, que as verbas de honorários de sucumbência, pertençam ao advogado. E ainda mais, a conversão dessas verbas em renda para o ente que estava em litígio, é um afronto a constituição federal e a legislação vigente, podendo ser considerado um atentado ao estado democrático de direito, e consequentemente uma inconstitucionalidade, que vem sendo reiterada há décadas, sem observar e atender ao novo regramento legislativo nacional.

Em sentido contrário, também encontramos posicionamentos que sugerem que a destinação das verbas de honorários de sucumbência, quando for vencedora a fazenda pública, o recurso deverá integrar o patrimônio público da entidade estava litigando.

Entende-se que já está superada a ideia de que os advogados públicos não fariam jus aos honorários de sucumbência em função da interpretação do art. 4º da Lei nº 9.527/97, segundo o qual não se aplicaria à administração pública o disposto no capítulo V, da Lei nº 8.906/94, pois os honorários de sucumbência estão disciplinados no capítulo VI.

Já o Novo Código de Processo Civil, também vem abordando o tema de honorários de sucumbência dos advogados públicos, Lei Federal nº 13.105 de 16 Março de 2015:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.

Outra esperança para dirimir o assunto de uma vez por toda, é o estabelecimento de uma regra clara, inclusive para todo o território nacional, sendo a regulamentação do assunto já nos moldes do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história a profissão do advogado tem ganhado destaque e relevância a cada dia, sendo reconhecido pela atuação dos profissionais o grau de zelo pelas atuações e a influência que traz para sociedade.

O advogado profissional autônomo tem atribuições e prerrogativas estabelecidas na Lei federal nº 8.905/94.

Os serviços prestados pelos profissionais da advocacia, normalmente são remunerados por honorários, divididos em três espécies principais. Os honorários contratuais, os por arbitramento e os honorários sucumbenciais. Enquanto os contratuais são estabelecidos pela vontade das partes, os arbitrais são estipulados pelo juiz, quando não existe o contrato entre a parte e o advogado ou ainda diante de divergências em relação ao contrato compactuado. E por fim, os honorários sucumbenciais que, também são estipulados pelo magistrado em favor do advogado patrono da causa.

O honorário de sucumbência é um assunto polêmico e ainda divergente, entre os principais doutrinadores e especialistas da área, quando se trata dos profissionais advogados contratados para prestarem serviço público, em relação à destinação das verbas de honorários de sucumbência.

Existem muitas publicações, que defendem a destinação para o advogado públicos das verbas de honorários de sucumbência quando a fazenda pública for vencedora. A integração das verbas de sucumbência ao patrimônio do ente que estava em litígio é uma ofensa à constituição federal e a legislação vigente, podendo ser considerado uma inconstitucionalidade, um atentado ao estado democrático de direito, que vem sendo repetida há anos, sem observar e atender o atual ordenamento jurídico.

Os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal, sobre o assunto em tela ainda, tem sido de forma tímida, ou reservada, a pequenos fragmentos do tema. Contudo, se espera uma apreciação global esgotando todo o conteúdo, e concluindo com um marco definitivo, ou pelo menos, denominado comum que possa servir como balizador do assunto.

Assim, nesta linha de pensamento, há esperança para resolver todas as especulações do assunto de uma vez por toda, com o disciplinamento de forma objetiva e conclusiva, em âmbito nacional, sendo a regulamentação do assunto já nos moldes do Novo Código de Processo Civil.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei Nº 2.350, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995**. Dispõe sobre a Cobrança Extrajudicial da Dívida Tributária do Estado e dá outras providências. Disponível em: http://www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%201995/Arquivo/LE_2350_95.htm. Acesso em: 01 Fev. 2016.

AMAZONAS. **Resolução CPE Nº 4 de 14 de Março de 2013**. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 15 da Lei nº 1.807/1997, artigo 2º da Lei 2.350/1995, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=252710> Acesso em: 01 Fev. 2016. Acesso em: 01 Fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 mai. 2015.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015**. Dispõe das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 16 Fev. 2016.

_____. **Lei nº 8.906, de 4 de Junho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm>. Acesso em: 04 mai. 2015.

_____. **Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997**. Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leiS/L9527.htm>. Acesso em: 04 mai. 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil Teoria Geral do Direito Processual Civil v.1**. Ed. Saraiva, ed. 8ª, São Paulo, 2014.

CAHALI, Yussef Said. **Honorários Advocatícios**, São Paulo. Ed Revista dos Tribunais, ed. 3ª. 1997.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, Ed. Lumen Juris. ed. 16ª, Rio de Janeiro, 2007.

FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**, São Paulo, Ed. Atlas, ed 2ª, 1994.

FREITAS, Ernani Cesar de Freitas, PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Ed. Feevale, ed 2ª, Novo Hamburgo, RS, 2013.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquemático**. Ed. Saraiva, ed. 3ª, São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil v. 1**. Ed. Saraiva, ed. 3ª, São Paulo, 2006.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Ed. Saraiva, ed. 13ª, São Paulo, 1998.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 11.995, de 10 de dezembro de 2010**. Institui o Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa – FUNDERM, e dá Outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2010/1200/11995/lei-ordinaria-n-11995-2010-institui-o-fundo-de-gestao-desenvolvimento-e-modernizacao-da-procuradoria-geral-do-municipio-de-joao-pessoa-funderm-e-da-outras-providencias>, Acesso em: 01 Fev. 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Novo Estatuto da Advocacia e da OAB**, Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

MINAS GERAIS. **Lei estadual nº 18.017, de 8 de Janeiro de 2009**. Institui a Gratificação Complementar de Produtividade - GCP -, na carreira da Advocacia Pública do Estado. Disponível em: <http://www.advocaciageral.mg.gov.br/images/stories/downloads/leis/lei-18017-texto-consolidado-b.pdf> Acesso em: 01 Fev.2016.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**, Ed. Saraiva, ed. 27ª, São Paulo, 2002.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**, Ed. Forense, ed.27ª, Rio de Janeiro, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. Ed. Forense, ed. 18ª, Rio de Janeiro, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento** – vol. I.ed. 55ª, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2014.

VENOSA, Sílvio de salvo. **Introdução ao Estudo do Direito: Primeiras Linhas**, São Paulo, Ed. Atlas S.A., ed. 2ª, 2007.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**, Ed. Forense, ed.3ª, Rio de Janeiro, 2003.